

PLANO ESTRATÉGICO DA INSTÂNCIA DE COORDENAÇÃO DA ABORDAGEM “UMA SÓ SAÚDE” EM CABO VERDE

(2023-2026)

***Plano estratégico da instância de coordenação da abordagem “uma só saúde” em cabo verde
(2023-2026)***

FICHA TÉCNICA

MINISTRO DA SAÚDE

Dr. Arlindo Nascimento do Rosário

Ministro da Saúde e Segurança Social

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

Dra. Maria da Luz Lima Mendonça - Instituto Nacional de Saúde Pública - Presidente

Dr. Jorge Noel Barreto - Diretor Nacional da Saúde

Dra Eneida Rodrigues – Diretora Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária

Dra Analina Olende - Diretora do Serviço de Pecuária

Dra Ethel Fernandes Rodrigues - Diretora Nacional do Ambiente

APOIO E COLABORAÇÃO TÉCNICA :



Equipa técnica:

Dra Ana Batalha (Assessora externa)

Dra Marília Santíni de Oliveira (Assessora externa)

Dra Flávia Semedo (Emergency Health Officer, Praia, Cabo Verde)

Agradecimentos

A Instância Nacional de Coordenação gostaria de agradecer a todas as entidades, públicas e privadas, e aos respetivos técnicos nas áreas de saúde pública, animal e ambiental, que contribuíram para a elaboração do presente “Plano Estratégico “Uma Só Saúde”, bem como à Representação da OMS em Cabo Verde, pelo seu apoio multifacetado dado através da colaboração da sua equipa técnica.

ÍNDICE

Agradecimentos	3
Lista de siglas e abreviaturas	5
Sumário executivo	7
Parte I. Introdução	8
I.1 Contexto Nacional e Internacional	8
I.2 Governança	9
1.3 Quadro legal e planos nacionais	10
I.3 Visão	11
I.4 Missão	11
I.5 Valores	11
I.6 Compromissos	12
I.7 Objetivo Geral do Plano Estratégico	12
I.8 Metodologia na elaboração do Planeamento Estratégico	12
I.8 Análise SWOT: Análise da situação: pontos fortes, fragilidades, oportunidades e ameaças	13
Parte II. Estrutura e Desenho do Plano de Ação	22
Parte III. Matriz do Plano Estratégico	28
Parte IV. Monitorização e avaliação do Plano	60
GLOSSÁRIO	69
Referências e documentos consultados.....	72

Lista de siglas e abreviaturas

ANAS - Agência Nacional de Água e Saneamento

AU-IBAR - *African Union – Interafrican Bureau for Animal Resources*

CEDEAO (ECOWAS) - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (*Economic Community of West African States*)

COVID-19 - Doença do Novo Coronavírus SARS-CoV-2 (*Corona Virus Disease 2019*)

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CV - Cabo Verde

DGASP - Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária

DHIS2 - *District Health Information System*

DNA - Direção Nacional de Ambiente

DNS - Direção Nacional de Saúde

ERIS – Entidade Reguladora Independente da Saúde

FAO - *Food and Agricultural Organization*

FETP - Programa de Treinamento em Epidemiologia de Campo (*Field Epidemiology Training Program*)

H1N1 - Influenza A subtipo H1N1

GLASS - *Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System*

INC - Instância Nacional de Coordenação da Abordagem “Uma Só Saúde”

INFOSAN – Rede Internacional de Autoridades de Segurança Alimentar

INSP - Instituto Nacional de Saúde Pública

JEE - *Joint External Evaluation*, a avaliação externa conjunta da OMS

MS - Ministério da Saúde

MAA - Ministério da Agricultura e do Ambiente

NU - Nações Unidas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das NU

OH - “Uma Só Saúde”, abordagem “Uma Só Saúde” / *One Health*

OMS / WHO – Organização Mundial de Saúde / *World Health Organization*

OMV – Ordem dos Médicos Veterinários

OMSA/ WOAH - Organização Mundial de Saúde Animal | *World Organisation for Animal Health*

ONS - Observatório Nacional de Saúde

PECS-CPLP - Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP

PNSS - Plano Nacional de Segurança Sanitária

POP/SOP - Procedimento Operacional Padrão / *Standard Operational Procedures*

PVS - *Performance of Veterinary Services Pathway tool of the World Organisation for Animal Health*

PPV- Paraprofissional veterinário

RAM - Resistência aos Antimicrobianos

RASFF – *Rapid Alert System for Food and Feed*

RSI - Regulamento Sanitário Internacional

SARS-CoV-2 - Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave (*Severe Acute Respiratory Syndrome CoronaVirus 2*)

SIS OT - *WHO Surveillance and Information Sharing* (Sistema de Informação em Saúde)

STAR - Ferramenta Estratégica para Avaliação de Riscos (*Strategic Tool for Assessing Risks*)

SVIR - Serviço de Vigilância Integrada e Resposta

SWOT - *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Debilidades), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNEP - *United Nations Environment Programme*

Sumário executivo

Cabo Verde realizou, em novembro de 2019, a Avaliação Externa Conjunta (JEE/AEC) das Principais Capacidades do Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005) da Organização Mundial de Saúde.

No âmbito das orientações globais sobre a necessidade de serem reforçadas as capacidades para a segurança sanitária, a avaliação JEE permitiu identificar as áreas de ação prioritárias para melhorar a capacidade de o país se preparar para detetar e responder a eventos de saúde pública em conformidade com o RSI destacando, designadamente, a necessidade de integrar a abordagem *One Health* (“Uma Só Saúde”).

Com este objetivo, a Instância Nacional de Coordenação (INC) de Cabo Verde, integrando as autoridades responsáveis pela saúde humana, animal e ambiental – e com o apoio e assessoria técnica da Organização Mundial de Saúde (OMS) - considerou estarem criadas as condições para a elaboração de um plano estratégico definindo os eixos prioritários da estratégia, estabelecendo objetivos concretos e identificando as ações prioritárias para implementar de forma coordenada e integrada a abordagem “Uma Só Saúde” nos cinco anos subsequentes.

A resposta integrada às ameaças de saúde humana, animal e ambiental requer ações de âmbito alargado, com carácter flexível para detetar perigos, reservatórios, vetores, tendências e principais vias de transmissão, bem como permitir o desenvolvimento de abordagens comuns, análise e partilha de dados e comunicação. A capacidade de o país responder de forma eficaz depende da coordenação e do envolvimento dos vários setores e aos diferentes níveis. O combate à transmissão dos agentes patogénicos entre os animais e o homem, assenta na deteção precoce de eventos e na rápida implementação de medidas de resposta para mitigar os riscos em causa. Uma vantagem clara da implementação da estratégia “Uma Só Saúde” é o custo-benefício da deteção precoce de doenças nos animais, reduzindo assim o impacto na saúde pública e conferindo um valor acrescentado às medidas implementadas.

As áreas particularmente relevantes abrangidas por esta Estratégia “Uma Só Saúde” em Cabo Verde incluem a prevenção, a deteção e o controlo de zoonoses, a segurança sanitária dos alimentos, a luta contra a resistência aos antimicrobianos e à saúde ambiental, bem como as áreas transversais relativas ao mecanismo de coordenação nacional, ao sistema de partilha de informação e comunicação, bem como a investigação e inovação.

O presente Plano Estratégico “Uma Só Saúde” é mais um passo que irá contribuir para melhorar a segurança sanitária nacional e a segurança sanitária global, em linha com os compromissos assumidos por Cabo Verde ao nível internacional e regional.

Parte I. Introdução

I.1 Contexto Nacional e Internacional

No âmbito da OMS e das orientações sobre a necessidade de serem reforçadas as capacidades para a segurança sanitária, Cabo Verde realizou, em 2019, a Avaliação Externa Conjunta (JEE/AEC) das Capacidades do Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005). Esta avaliação permitiu identificar as áreas de ação prioritárias para melhorar a capacidade de o país se preparar para detetar e responder a eventos de saúde pública em conformidade com o RSI destacando, designadamente, a necessidade de integrar a abordagem *One Health* (“Uma Só Saúde”).

Com base nos resultados da avaliação (JEE) e apesar dos constrangimentos gerais provocados pela pandemia por COVID-19 em 2020 e 2021, o compromisso nacional para dar sequência às recomendações do JEE traduziu-se num conjunto de ações desenvolvidas no país durante os últimos três anos, designadamente, a realização da missão para a elaboração do Relatório técnico de avaliação de riscos em Cabo Verde, em dezembro de 2021, usando a Ferramenta Estratégica de Avaliação de Riscos (STAR), a avaliação da Situação Sanitária do Efetivo Pecuário Nacional, a elaboração do Livro Branco do Ambiente, a conclusão do Plano Nacional de Segurança Sanitária (PNSS), a preparação do Plano de adaptação a alterações climáticas e, recentemente, a validação do Plano Nacional de Contingência da Gripe Aviária Altamente Patogénica. Neste contexto pós-JEE, foram ainda iniciadas as diligências com vista à elaboração do presente Plano Estratégico da Instância de Coordenação da Abordagem “Uma Só Saúde”.

Esta abordagem, de natureza colaborativa, trans-setorial, coordenada e multidisciplinar, é essencial para abordar os riscos potenciais ou existentes decorrentes da interface entre seres humanos, animais e o ambiente. Ao nível internacional, a abordagem *One Health* contou com uma estrutura quadripartida da OMS, da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) e *United Nations for Environment Programme* (UNEP), e respetivas orientações para elaborar e implementar de forma integrada políticas, estratégias, legislação, programas e pesquisa. Esta perspetiva prevê a colaboração dos setores que contribuem para as políticas de saúde humana, animal e ambiental para alcançarem de forma concertada melhores resultados em saúde pública. Ainda ao nível internacional, a cooperação entre a OMS-OMSA e FAO e a Região da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), tem-se traduzido num interesse crescente em novas colaborações políticas e técnicas ao nível dos mecanismos de gestão de risco de saúde, como foram exemplos a Resposta Global à Influenza Aviária Altamente Patogénica, à pandemia por COVID-19 e ao nível regional, a resposta concertada na sequência da epidemia de Ébola que atingiu vários países desta região do oeste africano.

Esta necessidade de articulação ao nível da gestão de risco de saúde foi igualmente uma das conclusões da avaliação JEE em Cabo Verde em 2019 que constituiu, sem dúvida, a pedra basilar para alavancar a implementação da presente estratégia “Uma Só Saúde” definida no país.

Ao nível nacional, o governo de Cabo Verde assumiu um forte compromisso e apoio na implementação da abordagem “Uma Só Saúde”, conjuntamente com as autoridades,

investigadores e profissionais de vários setores no âmbito dos trabalhos na OMS e OMSA, e ainda da região africana para implementar respostas conjuntas às crescentes ameaças de saúde.

A Instância Nacional de Coordenação (INC), criada por Despacho do Ministro da Saúde em 25 de janeiro de 2015 e publicada no Boletim Oficial em janeiro de 2019, integra os departamentos técnicos relevantes responsáveis pela saúde humana, animal e ambiental e funciona junto do Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP). Trata-se de uma plataforma de coordenação para a mobilização de recursos nacionais, a partilha de dados e informações, de organização multisectorial para a avaliação e gestão dos riscos sanitários, visando a prevenção, vigilância, alerta precoce, preparação e resposta, bem como o acompanhamento da situação pós crises sanitárias.

As áreas particularmente relevantes abrangidas pela Estratégia “Uma Só Saúde” em Cabo Verde incluem o controlo de zoonoses, a segurança sanitária dos alimentos, a luta contra a resistência aos antimicrobianos e a saúde ambiental, bem como as áreas transversais relativas ao mecanismo de coordenação nacional, ao sistema de informação e de comunicação bem como à investigação e inovação.

I.2 Governação

Ao nível da governação para a implementação da Estratégia Uma Só Saúde, considera-se essencial potenciar as plataformas de trabalho comum para mobilizar e dar mais-valia às ações em curso, sem desperdiçar ou duplicar recursos humanos, físicos e financeiros existentes nos setores da saúde pública, animal e ambiental.

A implementação da estratégia em Cabo Verde encontra-se assegurada por meio da Resolução¹ que cria a INC, a plataforma de abordagem “Uma Só Saúde” em Cabo Verde, materializando uma visão multisectorial e multidisciplinar, integrando de forma estruturada as áreas da saúde humana, animal e ambiental. Neste contexto, a sua composição aos diferentes níveis, político-estratégico, técnico e operacional, permite viabilizar a sua missão e áreas de intervenção previstas, em conformidade com a Resolução² que a criou.

A configuração dada à INC demonstra a adoção da abordagem no plano de governo do país e as orientações para a sua implementação ao nível nacional. Este compromisso reflete-se igualmente pela atribuição de responsabilidade governamental na regulamentação, na mobilização de recursos e na operacionalização das ações, em articulação com o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), instituição pública sob superintendência do Ministério da Saúde, com missão e atribuições em matéria de investigação em saúde, formação e apoio laboratorial.

A INC é reforçada pela sua articulação com o Comité Interministerial, a Comissão multisectorial e os departamentos técnicos e serviços operacionais, agregando a mobilização de recursos, a coordenação político-estratégica, a advocacia, a partilha de informações e a elaboração de relatórios de acompanhamento.

¹ Resolução nº8/2019 de 25 de janeiro de 2019, do Conselho de Ministros

Para garantir e melhorar a eficácia e o sucesso da abordagem “Uma Só Saúde”, considerou-se a necessidade de estabelecer um melhor equilíbrio setorial entre os grupos e redes existentes, especialmente entre as áreas veterinária, da saúde pública e do ambiente, aumentando a participação de profissionais de saúde ambiental, incluindo da proteção da vida selvagem, bem como a de cientistas sociais e de parceiros para o desenvolvimento.

A mobilização para a construção desta abordagem integrada é apoiada em estruturas existentes, sem duplicar ou sobrepor as competências e funções atribuídas, procurando desenvolver mais valias através de mecanismos reforçados de coordenação intersectorial e articulação entre as diferentes autoridades e demais partes interessadas. Neste contexto, a integração far-se-á, designadamente, na partilha de informação, ao nível da planificação e programação, planos de vigilância e de ação comuns, de monitorização dos resultados, revisão periódica das etapas e desenvolvendo uma comunicação conjunta relativa ao progresso alcançado na implementação da Estratégia.

Face à necessidade de uma rápida implementação e consolidação ao nível nacional e local, este **Plano Estratégico da Instância de Coordenação da Abordagem “Uma Só Saúde” em Cabo Verde**, com uma abrangência de cinco anos, pretende, de forma sistematizada, contribuir para alavancar as ações prioritárias da INC relacionadas com a prevenção, deteção e resposta de doenças de potencial zoonótico, incluindo a segurança dos alimentos e a luta contra a resistência aos antimicrobianos.

O mecanismo de governação previsto no presente Plano Estratégico “Uma Só Saúde” é mais um passo para contribuir para o reforço da segurança sanitária nacional e global, em linha com os compromissos assumidos pelo país ao nível multilateral, internacional e regional.

1.3 Quadro legal e planos nacionais

O país é dotado de um quadro legislativo favorável para a implementação de sistemas de vigilância das doenças que constituem, ou que podem constituir, potenciais ameaças à saúde pública, com atribuições e estruturas bem definidas nos Ministérios da Saúde (MS) e da Agricultura e Ambiente (MAA). A abordagem “Uma Só Saúde” está presente nos serviços dos ministérios e referida nos planos e documentos nacionais mais recentes. A coordenação da estratégia também está legalmente instituída, pela criação da Instância Nacional de Coordenação com representações de todas as áreas de interface com a saúde.

Existem três documentos nacionais recentes que suportam, de forma adequada, os procedimentos relativos à resistência aos antimicrobianos (Plano de Ação Nacional de Luta Contra Resistência Antimicrobiana 2018 – 2022, ainda não implementado), a vigilância de zoonoses (Guia Técnico Nacional de Vigilância Integrada da Doença e Resposta, novembro de 2021) e a segurança sanitária dos alimentos (Plano Nacional de Ação para a Segurança Sanitária de Cabo Verde, 2022-2026), além de um Plano de Contingência para Gripe Aviária Altamente Patogénica, de março de 2021 e dos planos de atividade na área da proteção ambiental em matéria de gestão de resíduos e controlo da qualidade da água, em fase de implementação em Cabo Verde.

O presente Plano Estratégico estabelece objetivos e ações com carácter prioritário, para complementar os planos nacionais existentes, com base nas oportunidades de melhoria identificadas na análise documental, nas reuniões presenciais, no atelier de validação do plano e na análise de SWOT, designadamente:

- ampliar a constituição da Instância (INC), a especificação das suas atividades e dos seus mecanismos de gestão;
- confirmar a necessidade de atualização da avaliação dos serviços veterinários efetuada em 2014 – OIE PVS, através da renovação do pedido de uma missão OMSA “*Follow-up PVS*”;
- solicitar a realização do “*IHR-PVS National Bridging workshop*”, para facilitar o trabalho conjunto dos setores da saúde humana e animal;
- destacar a necessidade de regulamentação complementar da profissão médico-veterinária;
- colmatar a lacuna existente relacionada com a ausência de regulamentação específica para o setor dos medicamentos veterinários;
- reforçar a capacidade de diagnóstico laboratorial, especialmente para métodos de bacteriologia (cultura e antibiograma);
- desenvolver um sistema de informação que integre os dados das três saúdes, para permitir uma análise global das ameaças e tomada de decisão com base na abordagem “Uma Só Saúde”;
- desenvolver ferramentas e de procedimentos estabelecidos para análise contínua e integrada de dados para a tomada de decisão no combate às ameaças a saúde;
- promover a integração, ao nível operacional, da saúde ambiental no âmbito da abordagem “Uma Só Saúde”, em todas as atividades relevantes, em particular na vigilância e controlo de zoonoses, no controlo sanitário da cadeia de alimentos, incluindo o controlo da água;
- colmatar a carência de profissionais capacitados para algumas das atividades prioritárias previstas i) na área da vigilância e controlo da saúde animal e no controlo sanitário da cadeia alimentar, designadamente para assegurar a inspeção sanitária veterinária, na vigilância de zoonoses em espécies selvagens e animais errantes; ii) na pesquisa de resíduos de medicamentos e de pesticidas e controlo de contaminantes nos alimentos e iii) na saúde ambiental, incluindo na gestão de resíduos, controlo da água e, ainda, no mapeamento e monitorização dos potenciais hospedeiros e vetores de zoonoses nas espécies selvagens (insetos, espécies migratórias, morcegos, etc).

I.3 Visão

Ser um país com capacidade reforçada para prevenir, detetar e responder de forma integrada às ameaças de saúde humana, animal e ambiental e para o desenvolvimento sustentável.

I.4 Missão

Fortalecer a implementação da abordagem *One Health* em prol da proteção da saúde humana, animal e ambiental e do bem-estar da população em cabo Verde.

I.5 Valores

- Ética
- Equidade

- Inclusão
- Integridade
- Respeito
- Solidariedade
- Transparência

I.6 Compromissos

A INC assume o compromisso de pautar suas ações no sentido de promover, coordenar e colaborar na implementação do Plano Estratégico, considerando:

- Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pactuados pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito da agenda 2030;
- Agenda 2063: A África que queremos (Agenda da União Africana);
- A Visão da Saúde da OOAS 2030;
- O Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- Recomendações e documentos da OMS, OMSA e da Plataforma Regional da Abordagem Uma Só Saúde;
- Conferências das Nações Unidas para as mudanças climáticas (COP);
- O Regulamento Sanitário Internacional;
- O programa de governo de Cabo Verde;
- A cobertura Universal em Saúde;
- Os determinantes da Saúde.

A INC e os seus membros assinalam a importância de serem criadas atempadamente as condições necessárias para garantir a mobilização e disponibilidade dos recursos implícitos à operacionalização e execução do presente Plano Estratégico.

I.7 Objetivo Geral do Plano Estratégico

“Operacionalizar ,de forma estruturada e coerente, a Abordagem “Uma Só Saúde” em Cabo Verde no período de 2023 a 2027.

I.8 Metodologia na elaboração do Planeamento Estratégico

O planeamento estratégico apresentado no presente plano foi realizado seguindo as etapas:

- Revisão de documentos nacionais e internacionais de referência, pertinentes para a preparação da Estratégia “Uma Só Saúde” (lista de documentos consultados em “Referências e documentos consultados”, neste documento)
- Missão de apoio e consultoria técnica da OMS, em estreita colaboração com os membros da equipa da INC, as instituições envolvidas nas atividades relevantes, recolha de informações e avaliação de documentos adicionais;

- Identificação das ações para os eixos prioritários selecionados com base nas avaliações disponíveis e informações obtidas pela revisão documental e validadas durante as reuniões com as autoridades;
- Elaboração da proposta preliminar do plano, contendo os eixos prioritários, estratégias e atividades;
- Atelier para análise, discussão e recolha de contributos sobre a proposta inicial do plano, com a participação de todas as instituições, membros da INC, da OMS (incluindo a equipa técnica externa) e outras entidades públicas nacionais responsáveis por atividades previstas no plano;
- Redação da proposta alterada após os contributos recebidos;
- Consulta da INC e respetivas autoridades;
- Análise SWOT;
- Apresentação das grandes linhas, discussão da proposta modificada à luz dos contributos recebidos e validação no atelier pela INC e partes interessadas;
- Versão final do Plano Estratégico “Uma Só Saúde” de Cabo Verde.

I.8 Análise SWOT: Análise da situação: pontos fortes, fragilidades, oportunidades e ameaças

Análise SWOT para o fortalecimento da estratégia “Uma Só Saúde” em Cabo Verde

Tomando como referência os documentos internacionais sobre a estratégia “Uma Só Saúde”, a legislação e documentos nacionais, a Avaliação Externa Conjunta (JEE/AEC) das Capacidades do Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005) realizada por Cabo Verde em 2019 e os contributos de intervenientes-chave nas áreas de saúde humana, animal e ambiental, foram identificados os principais pontos fortes e as debilidades na implementação da estratégia no país, assim como as principais ameaças e oportunidades externas com potencial impacto na ação nos próximos anos. A análise foi organizada pelos temas estruturantes de carácter transversal, a saber: governação, recursos humanos e formação, infraestrutura e processos, informação e comunicação. Também foram consideradas as áreas técnicas zoonoses, RAM, Segurança sanitária dos alimentos e vigilância ambiental.

Pontos fortes

Governança

- Determinação e compromisso político na implementação da estratégia *One Health*;
- Criação da Instância Nacional de Coordenação (INC) da estratégia, integrando os departamentos técnicos relevantes responsáveis pela saúde humana, animal e ambiental e funcionando no âmbito do Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP);
- Quadro legislativo favorável para a implementação da vigilância de eventos relativos às três saúdes, com atribuições e estruturas bem definidas nos Ministérios da Saúde (MS) e da Agricultura e Ambiente (MAA);
- Elaboração, aprovação e avaliação de Planos Nacionais e documentos estratégicos, nomeadamente nas seguintes áreas:

- Plano Nacional de Ação para a Segurança Sanitária de Cabo Verde – PNSS (2022 – 2026)
- Guia Técnico Nacional de Vigilância Integrada da Doença e Resposta, novembro de 2021
- Livro branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, dezembro de 2020
- Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (PENGer), de 2016
- Plano Nacional de Gestão de Resíduos Hospitalares (PNGRH), 2021-2025
- PLENAS – Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento; e a Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade.
- Lista das doenças de animais prioritárias a nível nacional – MAA | DGASP – atualizada em dezembro de 2020
- Relatório técnico de avaliação de riscos em Cabo Verde, em dezembro de 2021, usando a Ferramenta Estratégica de Avaliação de Riscos (STAR)
- Plano Nacional de Adaptação de Cabo Verde às Alterações Climáticas, 2022 - 2026
- Plano de Ação Nacional de Luta Contra Resistência Antimicrobiana 2018 – 2022 (ainda não implementado)
- Plano de contingência para gripe aviária altamente patogénica, de março de 2021
- Planos na área de proteção ambiental, para ampliação das atividades de gestão de resíduos e controlo da qualidade da água - em fase de elaboração.

Recursos humanos e formação

- Equipas profissionais dinâmicas e empenhadas, com líderes ativos e com formação apropriada, nas estruturas ministeriais e demais instituições públicas envolvidas em áreas pertinentes abrangidas na abordagem “Uma Só Saúde”;
- Formação em epidemiologia de campo proporcionada pelo INSP a profissionais das áreas de saúde humana, animal e ambiente;
- Cursos nacionais e cooperações internacionais para a formação de técnicos da área laboratorial;
- Compromisso dos dirigentes de ordens profissionais/ conselhos de classe (médicos, médicos veterinários e farmacêuticos).

Infraestrutura e processos

- Rede Nacional de Laboratórios, com um programa de atuação claramente definido e articulado com o INSP;
- Dinâmica de crescimento da cobertura territorial para acesso a ensaios laboratoriais para diagnóstico em amostras de proveniência de humanos, animais e da área ambiental;
- Laboratório de entomologia médica no INSP;
- Laboratórios para análise de água em fase final de implementação no INSP e na ERIS;
- Estratégia de atuação do INSP baseada em seis grandes pilares estratégicos que promovem a colaboração intersectorial: governação e desenvolvimento institucional, investigação, formação em saúde, vigilância do estado de saúde da população, Sistema de Informação Geográfica, Promoção da Saúde e atuação laboratorial em matérias de entomologia médica (doenças transmitidas por vetores) e controlo de água e alimentos.

Informação e comunicação

- Sistema de vigilância em saúde (diagnóstico laboratorial, notificação, análise das informações, divulgação de boletins epidemiológicos e comunicação com autoridades de saúde, população e órgãos internacionais) estabelecido para COVID-19, criando experiência e ferramentas que podem ser aproveitadas para outros eventos de saúde pública;
- Participação do INSP no panorama sanitário nacional com a criação do Observatório Nacional de Saúde e com a inclusão na INC;
- Definição das doenças prioritárias em seres humanos e em animais para as áreas de zoonoses, segurança sanitária dos alimentos e resistência a antimicrobianos, com critérios bem definidos para definição de casos, diagnóstico e resposta em doença humana.

Resistência aos antimicrobianos

- Existência do Plano de Ação Nacional de Luta Contra Resistência Antimicrobiana (2018 – 2022);
- Legislação sobre o circuito dos medicamentos para uso humano, desde a importação, distribuição, produção e comercialização;
- Regras para a prescrição médica na saúde humana;
- Lista nacional de medicamentos essenciais para a saúde humana.

Segurança Sanitária dos alimentos

- Existência de base legal abrangente;
- Pontos focais designados no âmbito do CODEX, OMS, OIE e RASFF;
- Setores e entidades envolvidos na segurança sanitária da cadeia de alimentos com coordenação e colaboração.

Zoonoses

- As zoonoses humanas prioritárias estão identificadas e descritas detalhadamente, inclusive com métodos diagnósticos e recomendações de ações de saúde pública, no Guia Técnico Nacional de Vigilância Integrada da Doença e Resposta, novembro de 2021;
- Existência de lista de zoonoses prioritárias em animais;
- Laboratórios públicos nacionais possuem equipamentos e equipes treinadas nos métodos para diagnóstico da maior parte das zoonoses humanas;
- Existência de planos de contingência para determinadas doenças humanas (e.g., Plano de Contingência da Febre Hemorrágica do Vírus Ébola, 2014” e “Plano de Contingência e Resposta à Epidemia da Dengue, 2009”) e animais (Plano de contingência para gripe aviária altamente patogénica, de março de 2021).

Vigilância ambiental

- Legislação publicada e existência de planos de gestão de resíduos sólidos urbanos, de resíduos hospitalares;

- Órgãos governamentais com funções operacionais bem definidas para controlo de qualidade da água.

Pontos fracos

Governança

- Insuficiência de instrumentos de gestão e monitorização das ações intersectoriais;
- Inexistência de informação atualizada que permita conhecer de forma fidedigna a incidência ou a prevalência de zoonoses, infeções por agentes resistentes a antimicrobianos e eventos ambientais;
- Insuficiente sistema de fiscalização em áreas com elevado impacto no sistema de saúde pública, designadamente:
 - Controlo da importação de animais
 - Inspeção sanitária no abate de animais e na cadeia de comercialização de carne
 - Controlo da importação e utilização de pesticidas
 - Controlo no comércio informal
- Necessidade de regulamentação complementar da profissão médico-veterinária e ausência de regulamentação específica para o setor dos medicamentos veterinários;
- Inadequado sistema de saneamento do país e deficiente gestão de resíduos, tornando-se numa fonte crescente dos problemas de saúde;
- Baixa capacidade no controlo do abandono de animais, resultando em grande e descontrolado número de cães errantes, representando potenciais riscos para a saúde humana e para o ambiente.

Recursos humanos e formação

- Quadro de recursos humanos ainda desajustado das necessidades;
- Falta de competência técnica em algumas áreas de especialização, especialmente pouca disponibilidade / insuficiência no número de médicos veterinários;
- Elevada dependência de profissionais em regime de cooperação;
- Elevada mobilidade dos profissionais de saúde;
- Formação insuficiente em algumas categorias profissionais, quer em termos de atualização contínua, quer para os novos desafios e necessidades em saúde.

Infraestrutura e processos

- Ausência de fluxo permanente e oficial, estruturado, para o transporte de amostras entre as ilhas;
- Capacidade de diagnóstico laboratorial insuficiente, especialmente para alguns eventos de saúde potenciais /inexistentes ou pouco frequentes no país e para métodos de bacteriologia (cultura e antibiograma).

Informação e comunicação

- Inexistência de um processo sistemático e eletrónico partilhado, de notificação e vigilância que permita o conhecimento (digital) atempado dos diferentes intervenientes, que promova uma atuação concertada entre os diferentes setores;

- Ausência de sistema de informação que integre os dados das três saúdes, para permitir uma análise de risco global das ameaças e tomada de decisão com base na abordagem “Uma Só Saúde”;
- Insuficientes ferramentas e procedimentos estabelecidos para análise contínua e integrada de dados para a tomada de decisão no combate às ameaças a saúde;
- Falta de informação fidedigna para permitir a preparação e resposta, em tempo útil, em caso de potenciais emergências para a saúde ao nível nacional, assim como a disponibilização de dados para entidades ao nível da cooperação internacional;
- Inexistência de planos de informação à população sobre Comunicação dos Riscos em Situações de Emergência.

Resistência aos antimicrobianos

- Implementação do plano ainda não iniciada;
- Estrutura de coordenação da luta contra RAM não criada;
- Capacidade laboratorial limitada para realização de cultura de bactérias e de antibiograma;
- Algumas estruturas de saúde sem comissões de controle de infeções;
- Prescrição médico-veterinária não regulamentada (incluindo antibióticos).

Segurança sanitária dos alimentos

- Inexistência de processos e ferramentas sistematizadas para a notificação de surtos de doenças transmitidas por alimentos;
- Ausência de plano de gestão de crises e de procedimentos padronizados para intervenção em eventos relacionados com a segurança dos alimentos;
- Capacidade laboratorial insuficiente para detetar agentes de toxi-infeções alimentares em amostras humanas, animais e de água.

Zoonoses

- Ausência de análise sistemática da ocorrência de zoonoses humanas, com publicação periódica de boletins;
- Baixa capacidade de suspeita e de diagnóstico laboratorial de zoonoses em animais;
- Ausência de processos sistematizados e informatizados para notificação de zoonoses em humanos e em animais.

Vigilância ambiental

- Ausência de planos de monitorização de contaminação química e radiológica;
- Alguns tipos de resíduos e subprodutos animais ainda não incluídos nos planos (produtos não conformes reprovados durante as inspeções, produtos químicos, produtos radiológicos, resíduos de clínicas e laboratórios veterinários).

Oportunidades

Governança

- Ambiente e condições favoráveis ao reforço da liderança da INC na coordenação de ações intersectoriais e na interlocução com organismos internacionais, através da criação de ferramentas de gestão e do aumento das ações de comunicação e informação concertadas;
- Visibilidade da INC que favorece o aumento do número de entidades que constituem a INC, com membros permanentes e de carácter *ad hoc* de outras instituições envolvidas nas atividades pertinentes na implementação da estratégia no país;
- Capacidade para realizar formações e ateliers para as equipas dos três setores ministeriais e da INC em instrumentos que facilitem o trabalho intersectorial e, designadamente, atualizem o conhecimento sobre a situação do país;
- Condições favoráveis para solicitar de novo a Missão “*Follow-up OIE-PVS*”, para atualizar a avaliação do desempenho dos serviços veterinários efetuada em 2014 (adiada devido à pandemia);
- Condições favoráveis para o pedido de realização do “*IHR-PVS National Bridging Workshop*” (OMS-OMSA), para facilitar e promover o trabalho conjunto dos setores da saúde humana e animal;
- Capacidade para identificar as ações prioritárias para proteger e restaurar a biodiversidade, prevenir a degradação dos ecossistemas para apoiar a vida mais saudável das populações, animais e plantas;
- Existência de forte compromisso político que permite a coordenação e adoção de políticas públicas de promoção da saúde, incluindo a prevenção e controlo do risco, adoção de comportamentos saudáveis e adoção de boas práticas;
- Serviços dinâmicos e motivados em promover parcerias internacionais, potenciando as oportunidades criadas no âmbito da CPLP, quer na promoção do país no exterior, quer na captação de recursos disponíveis.

Recursos humanos e formação

- Capacidade para envolver diferentes profissionais nas estruturas existentes (com a definição das respetivas condições para os profissionais) e entidades em áreas de interesse comum;
- Poder político sensibilizado para a necessidade de coordenar a adoção de políticas de atração e fixação de profissionais no país;
- Organizações sensibilizadas para a necessidade de fomentar a colaboração entre o Ministério da Saúde, especialmente do INSP e o Ministério da Educação, para a capacitação de professores do ensino fundamental, médio e superior no tema “Uma Só Saúde”.

Infraestrutura e processos

- Assumida a prioridade de continuar o reforço e melhoria dos laboratórios e sistemas de logística de transporte de insumos e amostras, para aumento da capacidade de vigilância e o acesso o acesso a diagnóstico em saúde humana, animal e ambiental.

Informação e comunicação

- Identificada a necessidade de implementação de um sistema de vigilância integrada com a participação dos diferentes setores e administração local, que contemple também as orientações para a mitigação do risco e plano de atuação em situação de emergência;
- Condições reunidas para divulgar e reforçar a atuação do Observatório Nacional de Saúde do INSP, alargando a sua atuação a outros setores, desenvolvendo o sistema de informação geográfica em saúde, assim como o tratamento de dados primários e secundários e análise da informação;
- Mecanismos criados para serem reforçado ao nível da avaliação, gestão e comunicação do risco em segurança sanitária dos alimentos;
- Disponibilidade para realizar e divulgar análises e recomendações que integrem as três saúdes, de forma periódica e permanente, com informações fidedignas e em tempo útil para a tomada de decisões, tanto para gestores quanto para a comunidade local e agências internacionais.

Resistência aos antimicrobianos

- Plano nacional prevendo ações para que a vigilância da RAM seja multissetorial;
- A configuração da INC, bem como suas atribuições e missão, permitem que seja definido o seu papel na coordenação nacional na estratégia de prevenção e combate às RAM;
- Condições para a criação de um laboratório de referência nacional para ensaios bacteriológicos;
- Disponibilidade para a elaboração de normas e protocolos com base legal para a área da saúde animal e ambiental, incluindo a finalização da regulamentação da lei zoonitária nº 30/VII/2013 de 13 de maio de 2013.

Segurança Sanitária dos alimentos

- Condições para a ampliação do sistema de vigilância para incorporar as toxi-infecções alimentares no país;
- Disponibilidade para o país integrar a rede internacional INFOSAN;
- Situação favorável interministerial para melhorar o mecanismo de cooperação entre os pontos focais designados no âmbito das responsabilidades previstas pelas normas e procedimentos da OMS, da OMSA e do CODEX.

Zoonoses

- Disponibilidade para ser ampliada a capacidade de diagnóstico de zoonoses, aumentando o acesso para todas as ilhas e incorporando ensaios que ainda não são realizados, mas que são baseados em metodologias conhecidas nos laboratórios nacionais;
- Condições reunidas para identificar e definir em documentos oficiais parceiros internacionais para realização de diagnóstico laboratorial de doenças pouco frequentes no país, mas de importância para a vigilância de zoonoses (como raiva, por exemplo);
- Trabalho em curso para elaborar e atualizar a lista única de zoonoses prioritárias humanas e animais para a vigilância integrada;
- Reconhecimento da necessidade de estabelecer sistemas de informação ágeis e integrados.

Vigilância ambiental

- Sensibilidade para incluir eventos ambientais notificáveis no sistema de vigilância integrada do país;
- Condições para criar um centro de toxicologia, com abordagem *One Health*, dedicado a estudos sobre exposição a agentes nocivos, resposta a emergências e orientação das ações em casos suspeitos.

Ameaças

Governança

- Escassez de recursos financeiros e de profissionais para garantir a execução e sustentabilidade das ações.

Recursos humanos e formação

- Elevada mobilidade de recursos humanos sem planejamento e coordenação prévia;
- Falta de mecanismos para atrair e fixar algumas categorias profissionais no país, especialmente de médicos veterinários.

Infraestrutura e processos

- Fluxos populacionais internos e externos potencializadores do aumento das doenças transmissíveis;
- Urbanização desordenada;
- Acesso condicionado ao transporte inter-ilhas para assegurar a execução atempada de ações previstas;
- Dispersão territorial de recursos e objetivos-alvo das intervenções previstas.

Informação e comunicação

- Alto custo e pouca disponibilidade de profissionais da área de comunicação e de tecnologia da informação.

Resistência aos antimicrobianos

- Comercialização de antibióticos em circuitos alternativos, fora do contexto regulamentar e do controle nacional.

Segurança Sanitária dos alimentos

- Controle fronteiriço insuficiente dos animais, produtos de origem animal e dos alimentos importados.

Zoonoses

- Insuficiente cobertura da inspeção sanitária dos animais abatidos para consumo;
- Número crescente de cães errantes.

Vigilância ambiental

- Insuficiência em técnicos especialistas nas diferentes áreas que impactam na saúde ambiental ex. no mapeamento rigoroso dos riscos ambientais i) para o controlo de resíduos, ii) qualidade da água; iii) no controlo de zoonoses, ao nível de hospedeiros (espécies selvagens) e vetores.

A conjugação dos pontos fortes e fracos com as ameaças e oportunidades da envolvente externa, assim como o alinhamento com o Programa do Governo, as leis e documentos nacionais e as políticas e objetivos internacionais contribuem para identificar as linhas estratégicas prioritárias, sobre as quais se deve desenvolver o **Plano Estratégico da Instância de Coordenação da Abordagem “Uma Só Saúde” em Cabo Verde 2023-2027**.

Considerando que os pontos fortes contribuem para enfrentar ameaças e promover oportunidades, enquanto os pontos fracos colaboram para repensar as ameaças e modificar as oportunidades, destacam-se, designadamente as seguintes ações:

Repensar:

- Sustentabilidade das ações
- Políticas nacionais e oficiais para a formação, captação e fixação no país de algumas categorias profissionais.

Modificar:

- Reforçar o enfoque de atuação multiprofissional e intersectorial, em particular nas áreas transversais através da partilha de peritos com competências nas áreas da gestão da informação, da comunicação, laboratorial, etc;
- Melhorar o acesso ao diagnóstico, através da melhoria dos mecanismos de deteção;
- Melhorar os sistemas informáticos de informação sanitária;
- Fortalecer a organização e os modelos de governação.

Enfrentar:

- Escassez de recursos humanos especializados;
- A necessidade de implementar as normas internacionais, em particular no âmbito da inspeção veterinária;
- Superação das dificuldades trazidas pelas características e restrições geográficas.

Promover:

- Atuação multissetorial;
- Plataformas de trabalho comum, integrando de forma operacionalizada as áreas da saúde humana, animal e ambiental;
- Formação, especialização. e fixação de profissionais no país.

Parte II. Estrutura e Desenho do Plano de Ação

II. 1 Eixos prioritários

No âmbito das estratégias definida ao nível internacional e regional, bem como na legislação e documentos nacionais, foram identificadas grandes áreas setoriais de intervenção na abordagem “Uma Só Saúde” - as zoonoses, a segurança sanitária dos alimentos, a resistência aos antimicrobianos e a saúde ambiental, e áreas transversais, incluindo o mecanismo de coordenação, de informação e de comunicação, bem como a investigação e inovação.

Foram definidos objetivos estratégicos com base nas informações recolhidas nas visitas às instituições nacionais: mecanismo de coordenação da INC, zoonoses, segurança sanitária dos alimentos, resistência a antimicrobianos, saúde ambiental e sistemas de informação e comunicação. A definição dessas áreas foi validada no atelier realizado para avaliar a versão inicial do plano, com a presença de profissionais de todas as instituições que integram a INC, da equipa técnica da OMS e de membros de outras instituições públicas nacionais responsáveis por atividades previstas no plano.

As atividades com carácter prioritário foram definidas com base nas informações recolhidas nos documentos, visitas e no atelier realizado e, ainda, pelos resultados da análise de SWOT, usando como critério para as estruturar:

- as atividades que são pré-requisitos, constituindo precedência para as ações e/ou etapas seguintes;
- as atividades que causam grande impacto no início do lançamento e execução do plano estratégico, com esforço baixo ou médio ou quando estão reunidas as condições para a sua execução imediata para o alcance do objetivo estratégico.

As atividades e tarefas de cada objetivo específico foram classificadas de acordo com a área (transversal) mais relevante: GES = gestão | FOR = formação | I&I = inovação e investigação

II. 2 Atividades prioritárias

As atividades prioritárias estão identificadas na Matriz do Plano Estratégico (parte III deste documento) como as que devem ser iniciadas no primeiro mês de implantação do plano e finalizadas no primeiro ano (até o mês 12 de implantação) e são as seguintes:

ÁREA Mecanismo de coordenação da INC - Objetivo estratégico 1: Reforçar os mecanismos de coordenação da INC

- Elaboração da descrição das funções dos membros da INC para clarificar e dinamizar o papel dos diferentes elementos da plataforma, no âmbito das respetivas competências
- Validação e publicação do regulamento interno da INC
- Formalização do pedido junto da OMSA e execução da missão de atualização “*Follow-up PVS*” para atualização dos resultados da avaliação da avaliação PVS realizada em 2014, face

- à evolução da situação no País
- Pedido de avaliação “*Food Safety Control System Assessment Tool*” da FAO/OMS para avaliar o sistema nacional de controlo de alimentos em Cabo Verde
- Definição da estratégia de monitorização e avaliação dos resultados da execução do plano
- Elaboração da lista de produtos anuais a desenvolver pela INC para monitorização e análise dos resultados
- Criação de GT para monitorizar a execução do plano estratégico da INC
- Revisão e atualização da composição da INC

ÁREA Zoonoses – Objetivo estratégico 1: Reforçar o sistema de vigilância das zoonoses identificadas como prioritárias em todo o país

- Elaboração da lista conjunta DNS-DGASP das zoonoses prioritárias e sua atualização sempre que necessário
- Identificação e designação dos laboratórios para realizar os ensaios para diagnóstico humano e veterinário das zoonoses prioritárias, de acordo com as técnicas definidas pelo “Guia Técnico Nacional de Vigilância Integrada, Seção 11” e outras relevantes
- Desenvolvimento e disponibilização de material de referência simples e objetivo, de fácil acesso (aplicativos), específico para cada doença, com base no Guia Técnico nacional de Vigilância Integrada, Seção 11

ÁREA Zoonoses - Objetivo estratégico 2: Monitorizar a prevalência e/ou incidência das zoonoses e análise continuada das informações para tomada de decisões de saúde pública

- Elaboração de fichas de notificação específica para casos suspeitos por zoonose prioritária, com informações específicas de acordo com a ocorrência da doença em humanos e animais
- Inclusão das notificações de zoonoses ocorridas em humanos e em animais na plataforma DHIS2
- Desenvolvimento de uma ferramenta para consolidar dados clínicos e resultados de exames laboratoriais (eventualmente a ser usada na plataforma DHIS2)

ÁREA Segurança sanitária dos alimentos – Objetivo estratégico 1: Melhorar a capacidade de deteção e controlo das infeções e doenças transmitidas por via alimentar

- Reforço da capacidade laboratorial de deteção das toxi-infeções alimentares e de outras zoonoses transmitidas pelos alimentos dentro do sistema nacional de laboratórios de saúde pública, incluindo identificação da rede de laboratórios parceiros
- Capacitação integrada dos técnicos de saúde na deteção, colheita de amostras e notificação de toxi-infeções com origem alimentar

ÁREA Segurança sanitária dos alimentos – Objetivo estratégico 2: Criar mecanismos para a resposta a emergências de segurança sanitária de alimentos

- Elaboração de um plano estratégico de segurança dos alimentos integrado apoiado nos mecanismos de articulação entre autoridades, incluindo vigilância e resposta, plano de

contingência em gestão de crises, e plano de comunicação de risco e os respectivos procedimentos específicos a aplicar

- Elaboração do plano integrado com o mapeamento das necessidades em formação contínua para as autoridades em avaliação, gestão e comunicação de risco no âmbito da prevenção e resposta a emergências de segurança sanitária de alimentos.

ÁREA Segurança sanitária dos alimentos – Objetivo estratégico 3: Melhorar a capacidade de notificação das doenças transmitidas por via alimentar através da rede INFOSAN

- Nomeação dos pontos focais do país para a INFOSAN
- Formação específica dos pontos focais nomeados pelas autoridades competentes e estabelecimento do seu mecanismo operacional
- Formação das Equipas Multissetoriais para investigação de surto de toxi-infeções alimentares e avaliação de risco

ÁREA Segurança sanitária dos alimentos – Objetivo estratégico 4: Fortalecer o sistema de inspeção veterinária em CV

- Identificação de um conjunto de médicos veterinários existentes em CV disponíveis para assegurar a supervisão da inspeção e dos auxiliares (PPV) sob mandato sanitário
- Definição de uma estratégia, a curto e a médio prazo, incluindo a preparação de mandato sanitário (normas internacionais OMSA), para assegurar os serviços de inspeção nos locais de abate no país

ÁREA Resistência aos antimicrobianos – Objetivo estratégico 1: Estabelecer um sistema de vigilância de resistência a antimicrobianos no país

- Agregação e avaliação dos resultados de exames de cultura e antibiograma realizados nos últimos 5 anos, associados a dados clínicos (tipo de amostra, diagnóstico clínico, sexo, idade, desfecho)
- Formação de equipas para criar um banco de dados com as informações, análise estatística e interpretação dos resultados
- Realizar as subactividades previstas para serem feitas em 2018 detalhadas no “plano operacional e financeiro” do Plano de Ação Nacional de Luta Contra Resistência Antimicrobiana 2018 – 2022, páginas 31 a 112 (anexo 1), citadas a seguir:
 - Sub-atividade 1.1.1.1.1 Elaboração de manuais sobre prevenção e controle de infeções e RAM
 - Sub-atividade 2.1.1.1.1 Elaboração de programas de formação contínua sobre RAM, Infeções Relacionados aos Cuidados de Saúde e doenças animais
 - Sub-atividade 3.1.1.1.1 Designação pela autoridade competente da Estrutura Nacional de Coordenação por meio de despacho
 - Sub-atividade 3.1.2.1.1 Elaboração do Termo de Referência de Pontos Focais para vigilância da RAM
 - Sub-atividade 3.1.2.1.2 Envio de uma nota às entidades para nomeação dos pontos focais que coordenará com a Estrutura de Coordenação Nacional
 - Sub-atividade 3.1.2.1.3 Nomeação dos pontos focais que coordenará com a Estrutura de Coordenação Nacional

- Sub-atividade 3.2.1.1.1 Elaboração de regulamento que obriga a implementação de Comissão de Prevenção e Controlo de Infecções relacionados aos Cuidados de Saúde nas estruturas de saúde
- Sub-atividade 3.2.1.1.2 Envio às estruturas de saúde, da circular informativa com regulamento que obriga a implementação de Comissão de Prevenção e Controlo de Infecções relacionados aos Cuidados de Saúde nas estruturas de saúde
- Sub-atividade 3.4.1.1.1: Analisar a situação atual sobre a vigilância das IRCS, RAM e doenças animais e discussão sobre o modelo do Sistema Nacional de Vigilância das Infecções Relacionados aos Cuidados de Saúde, RAM, doenças animais e fatores ambientais, com apoio de uma assistência técnica internacional
- Sub-atividade 3.4.1.1.2 Definição do modelo de integração da vigilância das IRCS, RAM, doenças animais e fatores ambientais no SIS
- Sub-atividade 5.1.1.1.2 Priorização das áreas de pesquisa e desenvolvimento relacionado com Infecções Relacionados aos Cuidados de Saúde, RAM, doenças animais e ambiental
- Sub-atividade 9.1.1.4.1: Discussão do modelo de informatização para gestão de medicamentos nas estruturas de saúde
- Sub-atividade 6.1.1.1.3: Elaboração dos Termos de Referência e normas de funcionamento do Programa de Prevenção e Controle de IRCS
- Sub-atividade 6.1.1.1.4: Publicação no Boletim Oficial do documento que cria o Programa de Prevenção e Controle de Infecções Relacionados aos Cuidados de Saúde
- Sub-atividade 6.1.1.1.2: Elaboração do documento que cria o Programa de Prevenção e Controle de Infecções Relacionados aos Cuidados de Saúde
- Formalização junto da OMS a adesão de CV à iniciativa GLASS da OMS

ÁREA Vigilância ambiental – Objetivo estratégico 1: Reforçar o Sistema de Vigilância Ambiental na Abordagem “Uma Só Saúde”

- Identificar eventos de vigilância ambiental que são notificados
- Realizar estudo para identificar as respostas adequadas a cada evento químico de impacto
- Incluir, nas notificações de eventos ambientais, as informações obtidas pela análise da qualidade da água realizada nos novos laboratórios (INSP e INIDA)

ÁREA Sistemas de informação e comunicação – Objetivo estratégico 1: Analisar e comunicar de forma integrada a informação com abordagem OH

- Contratação dos serviços de tecnologia da comunicação para desenvolver a plataforma de sistema integrado de informação e gestão da INC
- Designação dos pontos focais RSI responsáveis pela monitorização de alertas emitidos por países da região e pelas instâncias internacionais
- Elaboração do modelo de BOLETIM “UMA SÓ SAÚDE” DE SAÚDE PÚBLICA, a publicar pela INC e identificação dos atores, setores e tipos de contributos essenciais a incluir, com contributo da OMS, OMSA, FAO, e outras instâncias, nas diferentes áreas setoriais.

- Criação da equipa editorial responsável pelo Boletim (formada por estatístico, epidemiologista, médicos, médicos veterinários, enfermeiros e outros profissionais para análise periódica e redação de recomendações com base nas notificações)

II. 3 Quadro sumário dos objetivos estratégicos por área

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS POR ÁREA	
Mecanismo de coordenação da INC	Reforçar os mecanismos de coordenação da INC
Doenças prioritárias (Zoonoses)	Reforçar o sistema de vigilância das zoonoses identificadas como prioritárias em todo o país Monitorizar a prevalência e/ou incidência das zoonoses e análise continuada das informações para tomada de decisões de saúde pública
Segurança sanitária dos alimentos	Melhorar a capacidade de deteção e controlo das infeções e doenças transmitidas por via alimentar Criar mecanismos para a resposta a emergências de segurança sanitária de alimentos Melhorar a capacidade de notificação das doenças transmitidas por via alimentar através da rede INFOSAN Fortalecer o sistema de inspeção veterinária em CV
Resistência aos antimicrobianos	Estabelecer um sistema de vigilância de resistência aos antimicrobianos no país
Vigilância ambiental	Reforçar o Sistema de Vigilância Ambiental com Abordagem “Uma Só Saúde”
Sistemas de informação e comunicação	Analisar e comunicar de forma integrada a informação com abordagem “Uma Só Saúde”

Parte III. Matriz do Plano Estratégico

1. Mecanismo de coordenação da INC

Objetivo estratégico 1.1 : Reforçar os mecanismos de coordenação da INC				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável e parceiros	Recursos necessários por rubrica	Prazo
1.1.1 Dotar a INC de ferramentas para a gestão das suas atividades	GES Elaboração da descrição de função dos membros da INC para clarificar e dinamizar o papel dos diferentes elementos da plataforma, no âmbito das respetivas competências Validação e publicação do regulamento interno da INC	INC	Recursos humanos (Assessor jurídico)	Meses 1 e 2
	GES Formalização do pedido junto da OMSA e execução da missão de atualização “Follow-up PVS” para atualização dos resultados da avaliação da avaliação PVS realizada em 2014, face à evolução da situação no País.	DGASP	Serviços nacionais de apoio para a equipa nacional que integra a missão de avaliação (transporte, alimentação e alojamento)	Meses 1 e 2
	GES Formalização do pedido de missão “OH integration: WHO IHR-WOAH-PVS National Bridging Workshop” (OMS-OMSA) – Integrando os resultados da avaliação do desempenho dos Serviços	INC (OMS, FAO DNS, DGASP)	Serviços nacionais de apoio à equipa nacional que integra a missão de avaliação (transporte, alimentação e alojamento)	Meses 4 e 5 (missão após avaliação PVS)

Objetivo estratégico 1.1 : Reforçar os mecanismos de coordenação da INC				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável e parceiros	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	Veterinários PVS da OMSA no processo JEE da OMS.			
	GES Formalização do pedido de avaliação “Food Safety Control System Assessment Tool” da FAO/OMS para avaliar o sistema nacional de controlo de alimentos em Cabo Verde	INC Eris	Serviços nacionais de apoio à equipa nacional que integra a missão de avaliação (transporte, alimentação e alojamento)	Meses 1 a 5
1.1.2 Monitorizar a implementação do plano estratégico	GES Definição da estratégia de monitorização e avaliação dos resultados da execução do plano - Elaboração da lista de produtos anuais a desenvolver pela INC para monitorização e análise dos resultados -Criação de GT para monitorizar a execução	INC	<i>Atividades realizadas nas reuniões da INC, nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 6
	GES Monitorização da execução do plano em função dos indicadores e do cronograma definidos para cada objetivo estratégico, incluindo a execução financeira			Meses 1 a 60
1.1.3 Incrementar a capacidade laboratorial nacional (deteção)	GES Realização de mapeamento da capacidade laboratorial existente, incluindo estruturas públicas e privadas, com as respetivas capacidades de realizar	INC	<i>Equipa da INC, nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 18

Objetivo estratégico 1.1 : Reforçar os mecanismos de coordenação da INC				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável e parceiros	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	exames em amostras humanas, animais e ambientais			
	GES Criação de um sistema nacional de laboratórios de saúde publica integrando a rede nacional de laboratórios de saúde pública e laboratórios dedicados a análise de alimentos, de amostras de produtos animais e de qualidade da água, além de outras amostras ambientais, seguindo abordagem “Uma Só Saúde”	INC ERIS DNA ANAS INIDA	Infraestruturas Equipamentos Consumíveis Recursos humanos Serviços	Meses 1 a 60
	GES Ampliar a capacidade dos laboratórios existentes quando relevante e, se necessário, identificar laboratórios parceiros para integrar o sistema nacional de laboratórios		Infraestruturas Equipamentos Consumíveis Recursos humanos Serviços	Meses 1 a 60
1.1.4 Reforçar o mecanismo de coordenação para transporte de amostras	FOR Existência de técnicos com a certificação atualizada para a preparação e envio de amostras biológica e elaboração da lista atualizada dos técnicos certificados pela IATA.	INC	Serviços de consultor da IATA Passagens e diárias para o consultor e os profissionais Serviços de local e alimentação durante o curso	Meses 1 a 60
	GES Levantamento dos procedimentos que existem nos diferentes ministérios/serviços		Recursos humanos	Meses 1 a 60

Objetivo estratégico 1.1 : Reforçar os mecanismos de coordenação da INC				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável e parceiros	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	GES Promoção de negociação visando encontrar soluções para garantir o transporte seguro de amostras entre ilhas.	INC	<i>Equipa da INC - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 60
	GES Reforço ao nível logístico do sistema de recolha e transporte de amostras em território nacional e para outros países	INC	<i>Contrato do serviço de transporte</i>	Meses 1 a 60
	GES Mapeamento dos acordos/ protocolos existentes com as companhias de transporte	INC (ERIS, INLAB, ANAS, INIDA, Universidades, hospitais, laboratórios, etc)	<i>Equipa da INC - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 60
1.1.5 Reforçar o mecanismo de resposta face a emergências de saúde pública com abordagem “Uma Só Saúde”	GES Realização de exercícios de simulação de natureza transsetorial	INC (DNS, INSP, DGASP, DNA, ERIS, ANAS, Proteção civil	<i>Recursos humanos Passagens e diárias Serviços</i>	Meses 1 a 60
1.1.6 Avaliar a oportunidade de incluir novos membros na INC	GES Revisão e atualização da composição da INC (ERIS, por exemplo) Assegurar a atualização da composição, sempre que necessário.	INC	<i>Equipa da INC - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 12

Objetivo estratégico 1.1 : Reforçar os mecanismos de coordenação da INC				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável e parceiros	Recursos necessários por rubrica	Prazo
1.1.7 Atuar na mobilização de recursos necessários para a execução do plano estratégico	GES Mapear necessidades financeiras para concretizar as ações do plano	INC	<i>Equipa da INC - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 18
	GES Fazer plano de necessidades de recursos humanos a serem contratados	INC	<i>Equipa da INC - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 18
	GES Atuação junto ao Ministério das Finanças para a inclusão dos recursos necessários no orçamento nacional	INC	<i>Equipa da INC - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 60
	GES Obtenção de compromisso como financiamento dos ministros das áreas participantes da INC	INC	<i>Equipa da INC - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 60
	GES Prospectar oportunidades de financiamento internacional	INC	<i>Equipa da INC - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 60
Indicadores - Percentagem das atividades e tarefas do objetivo estratégico realizadas no prazo previsto (meta = 100%) - Número de relatórios produzidos após as reuniões de monitorização e acompanhamento de execução do Plano Estratégico OH (meta = um a cada 6 meses, por 5 anos)				

FOR = formação, I&I = inovação e investigação, GES = gestão

2. Zoonoses

Objetivo estratégico 2.1: Reforçar o sistema de vigilância das zoonoses identificadas como prioritárias em todo o país				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
2.1.1 Reforçar a vigilância e a capacidade de diagnóstico laboratorial das zoonoses prioritárias	GES Elaboração da lista conjunta DNS-DGASP das zoonoses prioritárias e sua atualização sempre que necessário	INC	<i>Equipa da INC</i>	Meses 1-6
	I&I Realização de um estudo de prevalência das zoonoses identificadas como prioritárias, incluindo as da região da ECOWAS nas espécies animais atingidas para conhecer a situação sanitária de CV e a capacidade laboratorial apropriada apos a avaliação dos resultados	DGASP Possibilidade de Pedir apoio OMS, OMSA, FAO	<i>Equipamentos</i> <i>Consumíveis</i> <i>Recursos humanos</i>	Meses 1 a 36
	FOR Formação dos profissionais que atuam em áreas relevantes de deteção e diagnóstico, à luz dos resultados dos estudos de prevalência	INC Possibilidade de Pedir apoio OMS, OMSA, FAO	<i>Passagens e diárias</i> <i>Local e alimentação para a formação</i>	Meses 1 a 60, logo que conhecidos os resultados dos estudos de prevalência
	I&I Avaliação da série histórica da prevalência em humanos das zoonoses prioritárias nos últimos 5 anos	INC DNS, INSP DGASP	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 24

Objetivo estratégico 2.1: Reforçar o sistema de vigilância das zoonoses identificadas como prioritárias em todo o país				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	I&I Realização de estudo de prevalência das zoonoses identificadas como prioritárias em cães errantes, incluindo a identificação eletrónica dos animais intervencionados, para conhecer a situação sanitária e preparar estratégia de controlo da população canina	INC DGASP-DNA	<i>Equipamentos Consumíveis Recursos humanos Serviços</i> (Averiguar eventual estratégia e apoio da FAO e OMSA; Financiamento da DNA para a ID cães errantes)	Meses 6 a 12
	I&I Reforço da vigilância de vetores das zoonoses prioritárias em CV para incluir carraças e moluscos	INC DNS e DGASP	<i>Infraestruturas Equipamentos Consumíveis Recursos humanos</i>	Meses 3 a 12
	I&I Ampliação da cartografia dos animais silvestres existentes no país para incluir morcegos e outros possíveis reservatórios de agentes zoonóticos	DNA INIDA DGASP INC	<i>Infraestruturas Equipamentos Consumíveis Recursos humanos</i>	Meses 1 a 60
	GES Identificação dos laboratórios para realizar os ensaios para diagnóstico humano e veterinário das zoonoses prioritárias, de acordo com as técnicas definidas pelo guia técnico nacional de vigilância integrada, seção 11 e outras relevantes	INC (DNS, DGASP, INSP, DNA)	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 6
	GES Negociação para integrar o laboratório nacional de saúde publica nas	INC	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 60

Objetivo estratégico 2.1: Reforçar o sistema de vigilância das zoonoses identificadas como prioritárias em todo o país				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	redes regionais e internacionais de laboratórios de saúde pública	(DNS, DGASP, INSP, DNA)		
	GES Estabelecimento do sistema de logística para a recolha e transporte de amostras em território nacional e para outros países, quando for o caso	INC (DNS, DGASP, INSP, DNA)	Contratação dos serviços de transporte	Meses 1 a 14
	GES Atualização dos POP para colheita, recolha, armazenamento e transporte de amostras (incluindo para envio para fora do país)	INC (DNS, DGASP, INSP, DNA)	Equipa da INC e dos demais responsáveis	Meses 1 a 14
2.1.2 Reforçar a capacidade ao nível local dos profissionais de saúde humana e animal para identificação dos sinais e sintomas, para colheita de amostras e para notificação de casos das zoonoses identificadas como prioritárias	FOR Formação dos profissionais componentes das equipas de saúde	INC (DNS, DGASP, INSP, DNA)	Passagens e diárias Local e alimentação para a formação	Meses 14 a 16
	I&I Desenvolvimento e disponibilização de material de referência simples e objetivo, de fácil acesso (aplicativos), específico para cada doença	INC (DNS, DGASP, INSP, DNA)	Contrato de serviços de comunicação e de tecnologia da informação	Meses 1 a 12
2.1.3 Investigação de casos e surtos: assegurar a formação contínua das equipas de	GES FOR Contratação e formação integrada de epidemiologistas de campo com expertise em procedimentos de investigação em saúde pública e animal	INC (DNS, DGASP, INSP, DNA)	Recursos humanos Passagens e diárias Local e alimentação para a formação	Meses 1 a 24

Objetivo estratégico 2.1: Reforçar o sistema de vigilância das zoonoses identificadas como prioritárias em todo o país				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
epidemiologia de campo e de resposta a surtos	GES Supervisão e análise do desempenho dos epidemiologistas de campo	INC (DNS, DGASP, INSP, DNA)	<i>Recursos humanos</i>	Meses 1 a 60
Indicadores - Número de zoonoses, entre as prioritárias, incluídas no sistema de vigilância integrada do país a cada ano (meta = 13) - Número de ilhas incluídas no sistema de vigilância em cada ano (meta = 9, em cinco anos) - Percentagem das equipas dos serviços de saúde capacitadas (meta = todos os serviços de saúde do país com equipas capacitadas)				

Objetivo estratégico 2.2: Monitorizar a prevalência e/ou incidência das zoonoses e análise continuada das informações para tomada de decisões de saúde pública				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
2.2.1 Gerar e divulgar a série histórica de prevalência / incidência das zoonoses identificadas como prioritárias em humanos e animais	GES Elaboração de fichas de notificação específica para casos suspeitos por zoonose prioritária, com informações específicas de acordo com a doença em humanos e animais	DNS-DGASP	<i>Equipe responsáveis</i>	Meses 1 a 6
	GES FOR Inclusão da informação na plataforma DHS2 e das zoonoses ocorridas no setor veterinário	INC (OMS-OMSA-FAO)	<i>Serviços – consultoria e apoio da OMS</i>	Meses 1 a 12

Objetivo estratégico 2.2: Monitorizar a prevalência e/ou incidência das zoonoses e análise continuada das informações para tomada de decisões de saúde pública

Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	GES Monitorização do cumprimento dos requisitos e da realização dos procedimentos previstos no Plano de Contingência para Gripe Aviária Altamente Patogénica	INC DGASP	<i>Recursos humanos</i>	Meses 1 a 60
	FOR Capacitação das equipas de saúde locais sobre preenchimento e envio das fichas de notificação	DNS DGASP	<i>Passagens e diárias Local e alimentação para a formação</i>	Meses 7 a 12
	GES Desenvolvimento de uma ferramenta para consolidar dados clínicos e resultados de exames laboratoriais	Observatório INSP	<i>Serviços – tecnologia da informação</i>	Meses 1 a 6
	GES Elaboração, avaliação e divulgação de relatórios técnicos de casos suspeitos e confirmados	INC Observatório INSP, DNS	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 60
2.2.2 Analisar continuamente, do ponto de vista epidemiológico, os riscos decorrentes da quantidade de casos confirmados	FOR Contratação e capacitação de epidemiologistas, sanitaristas, médicos, médicos veterinários e bioestatísticos	INC Observatório INSP, DNS, DGASP, ERIS	<i>Recursos humanos Passagens e diárias Local e alimentação para a formação</i>	Meses 1 a 60
	GES Redação e divulgação dos relatórios / boletins	INC INSP, DNS, DGASP, ERIS	<i>Equipas das autoridades</i>	Meses 1 a 60

Objetivo estratégico 2.2: Monitorizar a prevalência e/ou incidência das zoonoses e análise continuada das informações para tomada de decisões de saúde pública				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
2.2.3 Acompanhar hospitalizações e óbitos por síndromes que podem estar relacionadas com zoonoses	GES I&I Inclusão nos boletins dos resultados da monitorização e análise da incidência de hospitalização e óbitos por Síndrome respiratória aguda grave, síndromes ictéricas febris agudas, Síndromes hemorrágicas e doenças febris agudas	INC DNS, INSP	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 60
	GES I&I Desenvolvimento de ferramentas para a monitorização e análise da incidência de hospitalização e óbitos por síndrome respiratória aguda grave, síndromes ictéricas febris agudas e síndromes hemorrágicas	DNS e INC	<i>Serviços – tecnologia da informação</i>	Meses 1 a 60
2.2.4 Propor ações de resposta a situações identificadas como de risco para a saúde, de acordo com as características e os riscos de cada doença	GES Atualização periódica da lista conjunta de zoonoses prioritárias de acordo com alertas internacionais e nacionais	INC DNS DGASP ERIS	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 60
	GES Avaliação do nível de alerta decorrente das informações sobre cada doença, de acordo com o Guia Técnico Nacional da Vigilância Integrada da Doença a Resposta	INC DNS	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 60

Objetivo estratégico 2.2: Monitorizar a prevalência e/ou incidência das zoonoses e análise continuada das informações para tomada de decisões de saúde pública

Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	GES I&I Avaliação das respostas a cada alerta, de acordo com o Guia Técnico Nacional da Vigilância Integrada da Doença a Resposta	INC DNS, INSP DGASP	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 60
	GES Realização de reuniões periódicas para propor as ações consistentes com a análise epidemiológica	INC	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 60
	GES Realização de exercícios de simulação seguindo abordagem “Uma Só Saúde”	INC INSP, DNS, DGASP, ERIS, DNA	<i>Passagens e diárias Local e alimentação para os participantes</i>	Meses 1 a 60

Indicadores:

- Número de casos suspeitos com amostras enviadas para confirmação laboratorial (meta = 100% dos casos recomendados para cada agravo, de acordo com o Guia Técnico Nacional de Vigilância Integrada da Doença e Resposta)
- Série histórica e análise crítica da incidência das zoonoses prioritárias nos boletins da INC (meta = 4 por ano)
- Percentagem das equipas dos serviços de saúde capacitadas (meta = uma equipa em 100% dos serviços de saúde)

3. Segurança sanitária dos alimentos

Objetivo estratégico 3.1: Melhorar a capacidade de deteção e controlo das infeções e doenças transmitidas por via alimentar				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
3.1.1 Melhorar o mecanismo de deteção (capacidade laboratorial) e de vigilância das toxi-infeções alimentares e de outras zoonoses transmitidas pelos alimentos	GES Reforço da capacidade laboratorial de deteção das toxi-infeções alimentares e de outras zoonoses transmitidas pelos alimentos dentro do sistema nacional de laboratórios de saúde pública, incluindo identificação de laboratórios parceiros	INC INSP, Hospitais centrais; DGASP ERIS-INLAB	<i>Infraestruturas</i> <i>Equipamentos</i> <i>Consumíveis</i> <i>Recursos humanos</i> <i>Serviços</i>	Meses 1 a 12
	GES Estabelecer sistema de logística integrado para a recolha e transporte de amostras em território nacional e para envio a outros países <i>(Eventual celebração de acordos e protocolos com laboratórios externos, na região, CPLP ou acordos bilaterais)</i>	INC INSP, DNS, ERIS DGASP	<i>Serviços – contrato das empresas de transporte</i>	Meses 1 a 14
	GES Elaboração de procedimentos para a recolha, armazenamento e transporte das amostras	INC INSP, DNS ERIS-INLAB DGASP	<i>Equipe dos responsáveis -</i>	Meses 1 a 14
	FOR Capacitação integrada dos técnicos de saúde na deteção, colheita de amostras e notificação de toxi-infeções alimentares	INC Hospitais, centros de saúde e outros	<i>Passagens e diárias</i> <i>Local e alimentação para a capacitação</i>	Meses 1 a 12

Objetivo estratégico 3.1: Melhorar a capacidade de deteção e controlo das infeções e doenças transmitidas por via alimentar				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
		profissionais envolvidos DNS, ERIS, DGASP		
	FOR Formação contínua integrada dos profissionais de saúde em prevenção, deteção e combate a doenças transmitidas por via alimentar de origem bacteriana, parasitária e vírica. (O conteúdo da formação deve incluir: Definição de casos; SOP para envio de informação; Base de dados operacional para análise da informação recebida; Protocolos de vigilância de doenças de origem alimentar).	INC INSP, DNS DGASP, ERIS (Redução das assimetrias, envolvendo os profissionais de todas as ilhas)	<i>Passagens e diárias</i> <i>Local e alimentação para a capacitação</i> Cooperação com as faculdades de medicina, faculdade de medicina veterinária, escolas de saúde pública	Meses 1 a 60
3.1.2 Reforçar o sistema de controlo de qualidade de água em toda a cadeia de alimentos	GES Mapeamento nacional dos pontos críticos da cadeia de abastecimento de água (locais, entidades responsáveis, periodicidade e resultados do controlo) e dos recursos laboratoriais (competências legais, respetivamente)	INC ANAS, DNS ERIS / INLAB INSP, INIDA Câmaras municipais	<i>Passagens e diárias</i> <i>Recursos humanos</i>	Meses 1 a 18
	GES Identificação das lacunas e tomada de medidas necessárias para assegurar o	ANAS-INC ERIS / INLAB DNS, INSP	<i>Passagens e diárias</i> <i>Local e alimentação para a capacitação</i>	Meses 19 a 36

Objetivo estratégico 3.1: Melhorar a capacidade de deteção e controlo das infeções e doenças transmitidas por via alimentar				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	fornecimento de água com qualidade adequada em toda a cadeia	Câmaras municipais INIDA		
Indicadores - Procedimentos relativos à recolha, armazenamento e transporte das amostras (qualitativo) - Série histórica e análise crítica da incidência de toxi-infeções alimentares incluídas nos boletins da INC (meta = 4 por ano) - Número de ilhas com acesso a análises laboratoriais em casos suspeitos de toxi-infeções alimentares (meta = 9) - Número de toxi-infeções alimentares notificadas nas quais amostras biológicas foram colhidas, transportadas e analisadas (meta = 100%)				

Objetivo estratégico 3.2: Criar mecanismos para a resposta a emergências de segurança sanitária de alimentos				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
3.2.1 Criar um sistema de monitorização e gestão integrado, incluindo a informação relativa a doenças por transmissão alimentar.	GES Elaboração de um plano estratégico de segurança dos alimentos integrado apoiado nos mecanismos de articulação entre autoridades, incluindo vigilância e resposta, plano de contingência em gestão de crises, e plano de comunicação de risco e os respetivos procedimentos específicos a aplicar.	INC ERIS, DGASP DNS, INSP	<i>Equipas das autoridades responsáveis</i>	Meses 1 a 12

Objetivo estratégico 3.2: Criar mecanismos para a resposta a emergências de segurança sanitária de alimentos				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	(Respeito das responsabilidades legais previstas na harmonização das normas internacionais do CODEX, OMS e OMSA)			
	GES Elaboração do plano integrado com o mapeamento das necessidades em formação contínua para as autoridades em avaliação, gestão e comunicação de risco no âmbito da prevenção e resposta a emergências de segurança sanitária de alimentos.	INC MS-INSP, DNS, ERIS, DGASP DNA, ANAS	<i>Recursos humanos</i>	Meses 1 a 3
	FOR Execução das ações previstas no plano de formação contínua intersectorial em gestão e comunicação de risco.	INC INSP, DNS, ERIS DGASP, DNA, ANAS	<i>Recursos humanos</i> <i>Passagens e diárias</i> <i>Local e alimentação para a capacitação</i>	Meses 1 a 18
	GES Divulgação comunitária e formação em unidades de ensino sobre riscos de doença por via alimentar, segurança sanitária e higiene na cadeia de produção de alimentos.	INC INSP, DGASP ERIS, DNS, ANAS	<i>Recursos humanos – profissionais de comunicação para elaborar os conteúdos</i> <i>Passagens e diárias</i> <i>Local e alimentação para a formação</i>	Meses 1 a 24 Averiguar possibilidades de apoio na formação e financiamento externo (OMS, OMSA, STDF-OMC, ECOWAS, CPLP, EU; Cooperação bilateral)
	GES Promoção de maior articulação entre as diferentes entidades	INC	<i>Equipa da INC, nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 24

Objetivo estratégico 3.2: Criar mecanismos para a resposta a emergências de segurança sanitária de alimentos				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	responsáveis por ações de segurança sanitária dos alimentos			
Indicadores - Plano de gestão de crises no âmbito da segurança dos alimentos - Número de ações de divulgação comunitária sobre higiene e segurança dos alimentos (meta = 2 por ano) - Número de formações oferecidas a profissionais das autoridades competentes em matéria de higiene e segurança dos alimentos e dos serviços de saúde sobre os procedimentos previstos no Plano de gestão de crises e no Plano de comunicação de risco, no âmbito da segurança dos alimentos (meta = 2 por ano, após a aprovação desses dois planos).				

Objetivo estratégico 3.3: Melhorar a capacidade de notificação das doenças transmitidas por via alimentar através da rede INFOSAN				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
3.3.1 REDE INFOSAN: assegurar a colaboração intersectorial ao nível Internacional e nacional	GES Nomeação dos pontos focais na DNS e na DGASP	ERIS DNS DGASP DNA OMS	<i>Equipe dos responsáveis - Nenhum recurso adicional necessário</i> Diligências em curso: carta OMS e do Ponto focal nacional INFOSAN na ERIS	Meses 1 a 2
	FOR Formação específica dos pontos focais nomeados pelas autoridades	INC ERIS, INSP, DNS-DGASP,	<i>Passagens e diárias Local e alimentação para a formação</i>	Meses 1 a 6

Objetivo estratégico 3.3: Melhorar a capacidade de notificação das doenças transmitidas por via alimentar através da rede INFOSAN				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	competentes e estabelecimento do seu mecanismo operacional. (Conteúdo da formação: Definição de cas; Protocolos de vigilância; SOP para envio de informação; Modelos para publicação de informação e Comunicação de risco)	incluindo a participação de postos médicos e Serviços vet OMS	<i>Recursos humanos: instrutor externo</i>	
	GES Otimização dos pontos focais para a comunicação entre autoridades nacionais sobre riscos com impacto alimentar	INC ERIS, INSP, DNS-DGASP,	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Anos 1 a 5
	GES Publicação de boletins com os resultados da vigilância e das eventuais ações de avaliação e gestão de risco do sistema de segurança dos alimentos	INC	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis - Nenhum recurso adicional necessário</i>	Meses 1 a 60
	FOR Formação das Equipas Multissetoriais para investigação de surto de toxi-infeções alimentares e avaliação de risco. <i>Áreas de formação: Probabilidade de agente causal (análise de perigos, avaliação de exposição e risco de</i>	Profissionais de saúde Delegados de saúde e médicos veterinários; Inspectores e	<i>Local e alimentação para a formação</i> <i>Recursos humanos: instrutor externo</i>	Meses 1 a 12

Objetivo estratégico 3.3: Melhorar a capacidade de notificação das doenças transmitidas por via alimentar através da rede INFOSAN				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	<i>propagação, suas consequências; fontes de consumo de alimentos suspeitos)</i>	técnicos de alimentos		
Indicadores - Número de pontos focais nacionais da rede INFOSAN nomeados, capacitados e atuando (meta = 3, um de cada área setorial: autoridade de saúde pública - DNS, autoridade veterinária – DGASP e ambiental - DNA.) - Relatórios sobre as reuniões do grupo de pontos focais, entre as respectivas autoridades e resultados da articulação ao nível operacional, contendo informação relevante nacional e internacional circulada de forma sistemática ao nível do grupo INFOSAN, produzidos e enviados à INC (meta = 2 por ano).				

Objetivo estratégico 3.4: Fortalecer o sistema de inspeção veterinária em CV				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
3.4.1 Identificar as vias alternativas para assegurar a inspeção sanitária por médicos veterinários ou sob a sua supervisão	GES Identificação de um conjunto de médicos veterinários existentes em CV disponíveis para assegurar a supervisão da inspeção e dos auxiliares (PPV) sob mandato sanitário	DGASP-OMV	<i>Recursos humanos</i> Diligências em curso: MAA-DGASP, OMSA; OMV	Meses 1 a 6
	GES Definição de uma estratégia, a curto e a médio prazo, incluindo a preparação de mandato sanitário (normas internacionais OMSA), para assegurar os serviços mínimos de inspeção nos locais de abate no país.	DGASP OMV	<i>Recursos humanos</i> Averiguar a possibilidade de contratualização específica -por motivos urgentes de proteção da saúde pública – de serviços	Meses 1 a 6

Objetivo estratégico 3.4: Fortalecer o sistema de inspeção veterinária em CV				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
<i>Diligências a efetuar (i) junto da OMSA/OIE; Pedido de Avaliação da OMSA – PVS GAP analysis para a identificação dos recursos humanos, físicos e financeiros e respetivo orçamento para 5 anos; (ii) Junto da OMV; (iii) no âmbito da AU-IBAR, ECOWAS, EU – Secretariado ACP, CPLP ; (iv) da Cooperação bilateral</i>			de prestação (<i>tarefas definidas em mandato</i>). -Averiguar a possibilidade da DGASP poder delegar tarefas de controlo oficial sob mandato sanitário. - Averiguar as possibilidades de cooperação ao nível regional – AU-IBAR; ECOWAS ou CPLP-PALOP ou outras.	
	FOR Formação contínua dos médicos veterinários em inspeção veterinária no abate e prevenção, deteção e resposta às zoonoses prioritárias, incluindo as doenças transmitidas por via alimentar de origem bacteriana, parasitária e vírica.	DGASP - OMV Serviços veterinários – públicos e privados	<i>Local e alimentação para a formação</i> Averiguar possibilidades de cooperação ao nível regional: AU-IBAR; ECOWAS, CPLP-PALOP ou outras; Cooperação com as faculdades de medicina veterinária.	Meses 1 a 60
3.4.2 Avaliar a possibilidade de dotar as regiões com unidades de abate móveis	GES Avaliação das alternativas existentes para garantir o abate de animais à luz das normas internacionais em infraestruturas coerentes com a dispersão dos animais no território, o número reduzido de animais abatidos no país e as fracas alternativas	DGASP Assessoria internacional (OMSA-FAO)	Infraestruturas necessárias e linhas de financiamento específicas	Meses 1 a 30

Objetivo estratégico 3.4: Fortalecer o sistema de inspeção veterinária em CV				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	para transportar animais para matadouro quando os percursos são longos.			
Indicadores - Número de equipas de inspeção veterinária com pelo menos um médico veterinário (meta = 100%) - Número de locais dotados de inspeção veterinária (meta = 100%) - Relatório com resultados das inspeções enviados para a DGASP (meta = 1 por ano) - Número de médicos veterinários inspetores formados (meta 100%)				

4. Resistência aos antimicrobianos

Objetivo estratégico 4.1: Reforçar o sistema de vigilância de resistência a antimicrobianos no país				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
4.1.1 Realizar estudo retrospectivo dos resultados de cultura e antibiograma de amostras clínicas humanas realizados nos laboratórios de bacteriologia públicos e privados, dos hospitais centrais de Santiago, para conhecer a série histórica	I&I Agregação e avaliação dos resultados de exames de cultura e antibiograma realizados nos últimos 5 anos, associados a dados clínicos (tipo de amostra, diagnóstico clínico, sexo, idade, desfecho)	INC INSP, DNS	Recursos humanos	Meses 1 a 12
	GES Formação de equipas para criar um banco de dados com as informações, análise estatística e interpretação dos resultados.	INC DNS, ERIS	Recursos humanos	Meses 1 a 12
4.1.2 Incentivar e monitorizar a implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra Resistência Antimicrobiana (2018 – 2022) e do plano de gestão de resíduos hospitalares	GES Inclusão da implementação do plano nas atribuições da INC	INC	Equipa da INC	Meses 1 a 60
	GES Realizar as subactividades previstas para serem feitas em 2018 detalhadas no “plano operacional e financeiro” do Plano de Ação Nacional de Luta Contra Resistência Antimicrobiana 2018 – 2022	INC INSP; DNS ERIS, DGASP GAF	Rubricas e orçamento das atividades contidas no plano, calculadas para 2018 (necessário atualizar)	Meses 1 a 12
4.1.3 Divulgar os dados analisados para a tomada de decisão na assistência a pacientes, na aquisição de antibióticos de uso humano e veterinário e nas políticas	I&I Análise crítica das informações referentes à saúde humana, animal e do ambiente	INC DNS; INSP DGASP ERIS; GAF	Rubricas e orçamento das atividades contidas no plano, calculadas para 2018 (necessário atualizar)	Meses 1 a 60

Objetivo estratégico 4.1: Reforçar o sistema de vigilância de resistência a antimicrobianos no país				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
públicas sobre uso racional de antimicrobianos	GES Divulgação periódica dos dados e das análises para os profissionais de saúde, aos gestores de hospitais e clínicas, às ordens profissionais de médicos, médicos veterinários e farmacêuticos.	INC	Rubricas e orçamento das atividades contidas no plano, calculadas para 2018 (necessário atualizar)	Meses 1 a 60
4.1.4 Aderir a iniciativa GLASS da OMS	GES Formalização junto da OMS a adesão de CV à iniciativa	MS	Equipa da INC e dos demais responsáveis	Meses 1 a 12
	GES Nomeação, comunicação à OMS e formação do ponto focal (cadastro das informações no sistema).	INC	Recursos humanos	Meses 13 a 60
Indicadores - Número de hospitais com comissão de controlo de infeção criada e atuando (meta = 100%); - Número de casos de sepses notificados com hemocultura solicitada e realizada (meta = 100%) - Relatórios produzidos com análises de consumo de antibióticos por seres humanos e animais (meta = 1 por ano); - Número de Formações sobre uso racional de medicamentos oferecidas para profissionais de saúde humana e animal por ano (meta = 1); - Número de ilhas com acesso a exames de bacteriologia em amostras humanas, animais e ambientais (meta = 100%) - Série histórica e análise crítica da incidência de infeções humanas por bactérias resistentes a antimicrobianos incluída nos boletins da INC (meta = 4 por ano)				

5. Vigilância Ambiental

Objetivo estratégico 5.1: Reforçar o Sistema de Vigilância Ambiental na Abordagem “Uma Só Saúde”				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
5.1.1 Apoiar a execução do Plano Estratégico Nacional de Gestão de Resíduos e do Plano Nacional para catástrofes	GES Apoiar para a inclusão de itens não contemplados (produtos resultantes de inspeção, produtos químicos, produtos radiológicos, resíduos de clínicas e laboratórios veterinários)	INC	<i>Recursos humanos</i> <i>Serviços - consultoria</i>	Meses 1 a 30
	GES Acompanhar as atividades do Comité de Pesticidas e apoiar sua implementação	INC	<i>Recursos humanos</i>	Meses 1 a 60
	GES Identificar as lacunas da legislação sobre biocidas e elaborar propostas/ conteúdos ao governo e parlamento para preencher essas lacunas (classes de biocidas, clarificação de competências e responsabilidades)	INC DNA	<i>Equipa das instâncias envolvidas</i>	Meses 1 a 24
	I&I Implementar monitorização contínua de resíduos de pesticidas nos alimentos	INC	<i>Recursos humanos</i> <i>Infra-estrutura</i> <i>Equipamentos</i> <i>Consumíveis</i> <i>Serviços</i>	Meses 1 a 60
	I&I Criar sistema de informação para notificação de eventos relacionados com a presença de resíduos	INC	(Verificar se é possível usar o sistema DHIS 2, em adaptação no país em cooperação com a OMS)	Meses 1 a 24
	I&I Realizar estudo para identificar as respostas adequadas a cada evento químico de impacto	INC	<i>Recursos humanos</i> <i>Serviços – consultoria</i> <i>Verificar parceria com universidades e especialistas externos</i>	Meses 1 a 12

Objetivo estratégico 5.1: Reforçar o Sistema de Vigilância Ambiental na Abordagem “Uma Só Saúde”				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
plano nacional de segurança sanitária	GES Redigir e validar o plano com todas as instâncias nacionais pertinentes	INC	<i>Recursos humanos Passagens, diárias, local e alimentação para os ateliers de validação</i>	Meses 13 a 24
5.1.3 Promover a criação de um Centro de toxicologia para apoiar na resposta a intoxicações exógenas (Centro de Informação Anti-venenos, abordagem OH)	FOR Capacitar profissionais para estudos e informações toxicológicas	INC	<i>Passagens e diárias Local e alimentação para a capacitação</i>	Meses 12 a 36
	GES Definir equipas, local de funcionamento e regulamento interno do centro	INC	<i>Infraestruturas Equipamentos de comunicação e computação Recursos humanos</i>	Meses 24 a 36
	GES Formalizar parcerias com centros de toxicologia de outros países para facilitar o contato dos profissionais nacionais sempre que necessário, até que o centro de Cabo Verde esteja em funcionamento	INC	<i>Equipa da INC</i>	Meses 1 a 18
5.1.4 Trazer para observação da INC os resultados da vigilância ambiental	GES Identificar eventos de vigilância ambiental que são notificados	INC	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 60
	GES Incluir nas notificações de eventos ambientais as informações obtidas pela análise da qualidade da água realizada nos novos laboratórios (INSP e ERIS)	INC	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 12
	GES Incluir nas notificações de eventos ambientais o resultado das inspeções de estabelecimentos de saúde sobre resíduos	INC DNA	<i>Equipa da INC e dos demais responsáveis</i>	Meses 1 a 12
	GES Incluir os resultados da vigilância na pauta da INC e nos boletins OH	INC	<i>Infraestruturas Equipamentos Consumíveis Recursos humanos Serviços</i>	Meses 1 a 60

Objetivo estratégico 5.1: Reforçar o Sistema de Vigilância Ambiental na Abordagem “Uma Só Saúde”

Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
Indicadores - Plano de contingência para eventos químicos aprovado . - Centro de toxicologia instituído- - Regulamentação para novos itens incluída em novas versões do Plano Estratégico Nacional de Gestão de Resíduos (meta = 5 novos itens em 30 meses, a saber: produtos resultantes de inspeção, produtos químicos, produtos radiológicos, resíduos de clínicas e laboratórios veterinários) - Inclusão de ocorrência e análise crítica de eventos ambientais notificados nos boletins da INC (meta = 4 por ano) - Número de formações / capacitações em procedimentos do plano de contingência para eventos químicos oferecidos a profissionais de saúde e equipas de defesa por ano (meta = 2 por ano, começando logo após a aprovação do plano nacional) - Número de serviços de saúde que receberam informações escritas sobre a existência, atuação e como aceder ao Centro de toxicologia (meta = 100%)				

FOR = formação, I&I = inovação e investigação, GES = gestão

6. Sistemas de informação e comunicação

Para efetivamente prevenir, detetar e responder a surtos de doenças zoonóticas, incluindo as provocadas por via alimentar e ambiental, dados epidemiológicos e informações laboratoriais devem ser partilhados de forma sistemática entre os setores de saúde humana, animal e ambiental.

Objetivo estratégico 6.1: Analisar e comunicar de forma integrada a informação com abordagem OH				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
6.1.1 Reforçar os sistemas de notificação de eventos relacionados com a saúde humana, animal e ambiental	GES Gestão do acesso e otimização dos sistemas de notificação de zoonoses (doença humana e animal), resistência a antimicrobianos (amostras humanas, animais e ambientais), segurança sanitária dos alimentos (amostras humanas, animais, de água e de alimentos) e eventos ambientais relevantes estruturados em sistemas de informação e de comunicação	INC DNS, DGASP ERIS	Recursos humanos Serviços – tecnologia da informação	Meses 1 a 24
	GES Identificação dos componentes do sistema de informação integrado da INC (<i>smart approach</i>) através do mapeamento da informação crítica setorial a integrar	INC (DNS, DGASP ERIS.DNA)	Recursos humanos Serviços – consultoria e tecnologia da informação	Meses 1 a 14
6.1.2 Desenvolver ferramentas para integrar as informações de notificação	GES Contratação dos serviços de tecnologia da comunicação para desenvolver a plataforma de sistema integrado de informação e gestão da INC	INC	Recursos humanos Serviços – consultoria e tecnologia da informação. Considerar as ferramentas desenvolvidas pela FAO / no âmbito do controlo de cães errantes	Meses 1 a 3

Objetivo estratégico 6.1: Analisar e comunicar de forma integrada a informação com abordagem OH				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	FOR Formação das equipas da INC na adaptação e utilização da plataforma da ferramenta SIS-OT da OMS	INC - OMS	Passagens e diárias Local e alimentação para a capacitação	
6.1.3 Acompanhar alertas internacionais	GES Designação dos pontos focais RSI responsáveis pela monitorização de alertas emitidos por países da região e pelas instâncias internacionais	INC DNS, DGASP ERIS	Recursos humanos	Meses 1 a 3
6.1.4 Produzir e divulgar documentos, conteúdos de websites e boletins incluindo os dados relacionados com todas as áreas da “Uma Só Saúde”	GES Elaboração do modelo de BOLETIM “UMA SÓ SAÚDE”, a publicar pela INC, incluindo informações de vigilância, notificação, análise epidemiológica e recomendações sobre zoonoses, resistência aos antimicrobianos, segurança sanitária dos alimentos e eventos ambientais de interesse, além de ações de prevenção e resposta relativas aos achados.	INC DNS, DGASP ERES, DNA ANAS, INIDA OMS	Recursos humanos	Meses 1 a 12
	GES Criação da equipa editorial técnica responsável pelo Boletim (formada por estatístico, epidemiologista, médicos, médicos veterinários, farmacêuticos,	INC INSP, DNS	Recursos humanos	Meses 1 a 6

Objetivo estratégico 6.1: Analisar e comunicar de forma integrada a informação com abordagem OH				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
	enfermeiros, engenheiros, e outros profissionais para análise periódica e redação de recomendações com base nas notificações) e profissionais em comunicação.	DGASP, ERIS		
	GES FOR Contratação, capacitação e manutenção da equipa de comunicação para criação regular de conteúdos	INC	<i>Recursos humanos</i>	<i>Meses 3 a 60</i>
	GES Instituição do dia nacional “UMA SÓ SAÚDE” no país	INC DNS, DGASP DNA	<i>Equipa da INC e das autoridades responsáveis</i>	<i>Meses 1 a 12</i>
	FOR Sensibilização e capacitação dos professores dos ensinos fundamental, médio e superior para inserção do tema nas disciplinas escolares administradas	INC Ministério da educação	<i>Passagens e diárias Local e alimentação para a capacitação</i>	<i>Meses 3 a 24</i>
6.1.5 Integrar iniciativas regionais e internacionais de partilha de informação relativa a abordagem “Uma Só Saúde”	GES Adesão ao GLASS	MS	<i>Recursos humanos</i>	<i>Meses 12 a 24</i>
	GES Adesão a rede INFOSAN	IDNS, DEGASP e DNA	<i>Equipas das instâncias envolvidas</i>	<i>Meses 1 a 6</i>
Indicadores - Número de Boletins “Uma Só Saúde” publicados por ano (meta = 4)				

Objetivo estratégico 6.1: Analisar e comunicar de forma integrada a informação com abordagem OH				
Objetivos específicos	Atividades e tarefas	Responsável	Recursos necessários por rubrica	Prazo
- Número de escolas de ensino fundamental e médio com professores capacitados (meta=100%)				

Parte IV. Monitorização e avaliação do Plano

Monitorização

A INC é responsável pela monitorização do plano estratégico. A estratégia de monitorização é baseada na avaliação semestral da realização das tarefas e atividades nos prazos previstos e do comportamento dos indicadores elencados, de forma sistematizada, como descrito a seguir, em reuniões específicas dos membros permanentes da INC para tratar do tema, registadas em atas e relatórios oficiais.

A primeira reunião de monitorização será realizada logo após a aprovação do plano, tendo como objetivo o planeamento das ações necessárias para que as atividades e tarefas previstas de imediato (mês zero) sejam iniciadas e para que o grupo se familiarize com os procedimentos de monitorização e avaliação.

Posteriormente ocorrerão reuniões de monitorização semestralmente, tendo como base orientadora a matriz do plano estratégico, constante da parte III do presente documento.

A realização de cada atividade ou tarefa no prazo previsto será avaliada mediante a seguinte questão: A atividade foi realizada?

Se **sim**, registar em relatório da reunião;

Se **não**, responder e registar a resposta em relatório da reunião:

- Quais os fatores que contribuíram para a não realização?
- Como podem ser superados esses fatores para permitir a realização da atividade?
- É necessário alterar a atividade / tarefa?
- É necessário incluir outras atividades / tarefas para que essa seja realizada?
- É necessário incluir alguma outra entidade externa à INC para facilitar a realização?

Se sim, qual?

- Qual o novo prazo previsto?

Os indicadores serão avaliados respondendo-se a seguinte questão:

O resultado previsto para o período avaliado foi alcançado?

Se **sim**, registar em relatório da reunião;

Se **não**, responder e registar a resposta em relatório da reunião:

- Quais as causas para esse resultado?
- Quais as ações a serem tomadas para ser alcançado o resultado previsto nas próximas avaliações?

O relatório de cada reunião terá conteúdo sistematizado, contendo:

- Data da realização
- Nome e instituição representada pelos presentes

- Informações sobre a realização de cada tarefa / atividade, conforme resposta as questões listadas acima.
- Resultado da apuração dos indicadores de cada objetivo estratégico, conforme resposta as questões listadas acima;
- Lista consolidada das ações necessárias para superar os fatores que resultaram em eventuais atrasos na realização de atividades e tarefas;

Esse relatório será arquivado na INC para registo e consultas posteriores, podendo ser enviado para outras entidades a critério dos seus membros.

Avaliação

A avaliação será feita uma vez por ano, por meio de análise crítica dos relatórios de monitorização gerados previamente e planeamento das ações para a continuidade da implementação do plano, com eventuais ajustes de prazos, atividades, tarefas e inclusão de outras instituições.

Os resultados da avaliação serão descritos em relatório sistematizado, contendo as seguintes informações:

- Data da realização;
- Nome e instituição representada pelos participantes presentes;
- Resumo da situação de cada objetivo estratégico, com base nas ações e tarefas previstas e realizadas ou não;
- Ajustes pactuados para a continuidade da implementação do plano;
- Encaminhamentos necessários, especificando as entidades responsáveis e os prazos previstos para cada ação.

O relatório será arquivado na INC para registo e consultas posteriores e enviado para os ministros e diretores das estruturas componentes, podendo ser transmitido para outras instâncias a critério da INC.

Ficha de indicadores

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Fonte de informação	Método de cálculo	Periodicidade de de apuração
Reforçar os mecanismos de coordenação da INC	Percentagem das atividades e tarefas do objetivo estratégico realizadas no prazo previsto	100%	INC	Nº total de atividades realizadas no prazo dividido pelo nº total de atividades multiplicado por 100	Trimestral
	Nº de relatórios produzidos após as reuniões de monitorização e	1 a cada 3 meses	INC	Nº absoluto de relatórios	Trimestral

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Fonte de informação	Método de cálculo	Periodicidade de de apuração
	acompanhamento de execução do Plano Estratégico OH				
Reforçar o sistema de vigilância das zoonoses identificadas como prioritárias em todo o país	Nº de zoonoses, entre as prioritárias, incluídas no sistema de vigilância do país a cada ano	100% em 5 anos	Lista conjunta de zoonoses prioritárias humanas e animais e sistema de informação integrado da INC	Nº absoluto de zoonoses incluídas no sistema integrado de informações da INC dividido pelo número total de zoonoses prioritárias multiplicado por 100	Anual
	Número de ilhas incluídas no sistema de vigilância em cada ano	9	Sistema de informação integrada da INC	Nº absoluto de ilhas de CV com equipas capacitadas, acesso a diagnóstico laboratorial e com dados incluídos nas análises da INC	Anual
	Percentagem dos serviços de saúde com equipas capacitadas para deteção e diagnóstico das zoonoses prioritárias	100%	Controlo do nº de formações realizadas/ apoiadas pela INC	Nº de serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares com profissionais que fizeram pelo menos uma capacitação sobre deteção e diagnóstico das zoonoses prioritárias dividido pelo Nº total de serviços no país multiplicado por 100	Anual
Monitorizar a prevalência e/ou incidência das zoonoses e análise continuada das informações para tomada de decisões de saúde pública	Série histórica e análise crítica da incidência das zoonoses prioritárias nos boletins da INC	4 por ano, a partir da publicação do primeiro boletim	Boletins OH	Nº absoluto de boletins com informações sobre as zoonoses	Semestral

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Fonte de informação	Método de cálculo	Periodicidade de de apuração
	Percentagem das equipas dos serviços de saúde capacitadas (meta = uma equipa em 100% dos serviços de saúde)	100%	Monitorizar o nº de capacitações realizadas / apoiadas pela INC	Nº de serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares com profissionais que fizeram pelo menos uma formação sobre notificação das zoonoses prioritárias dividido pelo Nº total de serviços no país multiplicado por 100	Anual
	Número de casos suspeitos com amostras enviadas para confirmação laboratorial	100%	Sistema de informação integrada da INC e relatórios com resultados dos exames emitidos pelos laboratórios responsáveis pelas análises	Nº de casos suspeitos notificados com resultado de exames laboratoriais dividido por Nº total de casos suspeitos notificados multiplicado por 100	Anual
Melhorar a capacidade de deteção e controlo das infeções e doenças transmitidas por via alimentar	Procedimentos relativos à recolha, armazenamento e transporte das amostras	Indicador qualitativo	Documentos do DNA, DNA e DEGASP	Possuir POPs para a recolha, armazenamento e transportes de amostras humanas, animais e de alimentos desde o momento da suspeita de caso até a chegada ao laboratório	Anual
	Série histórica e análise crítica da incidência de toxi-infecções alimentares incluídas nos boletins da INC	4 por ano, a partir da publicação do primeiro boletim	Boletim OH	Nº absoluto de boletins com informações sobre as toxi-infecções alimentares	Semestral

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Fonte de informação	Método de cálculo	Periodicidade de de apuração
	Nº de ilhas com acesso a análises laboratoriais em casos suspeitos de toxi-infecção alimentar	9	Sistema de informação integrada da INC	Nº absoluto de ilhas de CV com equipas capacitadas, acesso a diagnóstico laboratorial e com dados incluídos nas análises da INC	Anual
	Nº de toxi-infecções alimentares notificadas nas quais amostras biológicas foram colhidas, transportadas e analisadas	100%	Sistema de informação integrada da INC e relatórios com resultados dos exames emitidos pelos laboratórios responsáveis pelas análises	Nº de toxi-infecções alimentares notificados com resultado de exames laboratoriais dividido por Nº total de toxi-infecções alimentares notificadas multiplicado por 100	Anual
Criar mecanismos para a resposta a emergências de segurança sanitária de alimentos	Plano de gestão de crises no âmbito da segurança dos alimentos elaborado	Indicador qualitativo	INC	Plano elaborado e aprovado	Anual
	Nº de ações de divulgação comunitária sobre higiene e segurança dos alimentos	2 por ano	Controle da INC sobre as divulgações comunitárias realizadas / apoiadas	Nº absoluto de ações	Anual
	Nº de formações / treinamentos oferecidos para profissionais dos serviços de saúde sobre os procedimentos previstos no Plano de gestão de crises e no Plano de comunicação	2 por ano, após aprovação dos planos	Controle de capacitações realizadas / apoiadas pela INC	Nº absoluto de formações	Anual

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Fonte de informação	Método de cálculo	Periodicidade de de apuração
	de risco, no âmbito da segurança dos alimentos				
Melhorar a capacidade de notificação das doenças transmitidas por via alimentar através da rede INFOSAN	Nº de pontos focais nacionais da rede INFOSAN nomeados, capacitados e atuando	3, um de cada área setorial: autoridade de saúde pública - DNS, autoridade veterinária – DGASP e ambiental - DNA.	DNS, DGASP e DNA	Diligência oficial de nomeação	Semestral
	Relatórios sobre as reuniões do grupo de pontos focais, entre as respectivas autoridades e resultados da articulação ao nível operacional, contendo informação relevante nacional e internacional circulada de forma sistemática ao nível do grupo INFOSAN, produzidos e enviados a INC	2 por ano	DNS, DGASP e DNA	Nº total de relatórios enviados pelo grupo a INC	Anual
Fortalecer o sistema de inspeção veterinária em CV	Nº de equipas de inspeção na área veterinária incluindo pelo menos um médico veterinário	100%	DGASP	Nº de relatórios de inspeção da DGASP sob a responsabilidade do médico veterinário da equipa dividido pelo Nº total de relatórios de inspeção multiplicado por 100	Anual
	Nº de locais de abate com inspeção veterinária anualmente (meta = 100%)	100%	DGASP	Nº de locais de abate com inspeção sanitária, por ano, dividido por Nº total de locais de abate no	Anual

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Fonte de informação	Método de cálculo	Periodicidade de de apuração
				país multiplicado por 100	
	Número de médicos veterinários inspetores com formação contínua	100%		- Número de médicos veterinários inspetores com formação contínua dividido pelo nº total de médicos veterinários inspetores multiplicado por 100	Anual
	Relatório com resultados das inspeções realizadas por médicos veterinários enviados para a INC	1 por ano	DGASP	Nº total de relatórios	Anual
Estabelecer um sistema de vigilância de resistência a antimicrobianos no país	Nº de hospitais com comissão de controlo de infeção criada e atuando	100%	Hospitais públicos e privados de CV	Nº de hospitais com a comissão estabelecida dividido pelo Nº total de hospitais em CV multiplicado por 100	Anual
	Nº de casos de sepsis notificados com hemocultura solicitada e realizada	100%	Sistema de notificação do DNS e laudos de cultura emitidos pelos laboratórios de bacteriologia	Nº de casos de sepsis com laudo de hemocultura dividido pelo Nº total de casos de sepsis notificado multiplicado por 100	Anual
	Relatórios produzidos com análise de consumo de antibióticos de uso humano e veterinário	1 por ano	GAF	Nº total de relatórios	Anual
	Nº de Formações sobre uso racional de medicamentos aos profissionais de saúde	1 por ano	Controlo de capacitações realizadas /	Nº absoluto de formações / treinamentos	Anual

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Fonte de informação	Método de cálculo	Periodicidade de de apuração
	(humana e veterinária) por ano		apoiadas pela INC		
	Nº de ilhas com acesso a exames de bacteriologia em amostras humanas, animais e ambientais	9	9	Sistema de informação integrada da INC	Nº absoluto de ilhas de CV com equipas capacitadas , acesso a diagnóstico laboratorial e com dados incluídos nas análises da INC
	Série histórica e análise crítica da incidência de infeções humanas por bactérias resistentes a antimicrobianos incluída nos boletins da INC	4 por ano, a partir da publicação do primeiro boletim	Boletim OH	Nº absoluto de boletins com informações sobre as infeções	Semestral
Reforçar o Sistema de Vigilância Ambiental na Abordagem “Uma Só Saúde”	Plano de contingência para eventos químicos	Indicador qualitativo	INC	Plano elaborado e aprovado	Anual
	Regulamentação para novos itens incluída em novas versões do Plano Estratégico Nacional de Gestão de Resíduos	5 novos itens em 30 meses, a saber: produtos resultantes de inspeção, produtos químicos, produtos radiológicos, resíduos de clínicas e laboratórios veterinários	Legislação e novas versões do plano	Nº total de itens incluídos	Anual

Objetivo estratégico	Indicador	Meta	Fonte de informação	Método de cálculo	Periodicidade de de apuração
	Inclusão de ocorrência e análise crítica de eventos ambientais notificados nos boletins da INC	4 por ano, a partir da publicação do primeiro boletim	Boletim OH	Nº absoluto de boletins com informações sobre eventos ambientais notificados	Semestral
	Nº de formações / treinamentos nos procedimentos do plano de contingência para eventos químicos oferecidos a profissionais de saúde e equipas de defesa por ano	2 por ano, começando logo após a aprovação do plano nacional)	Controle de capacitações realizadas / apoiadas pela INC	Nº absoluto de formações / treinamentos	Anual
	Nº de serviços de saúde que receberam informações escritas sobre a existência, atuação e como aceder ao Centro de toxicologia	100%, a partir da implementação do centro	INC	Nº de serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares que receberam material informativo da INC dividido pelo Nº total de serviços no país multiplicado por 100	Anual
Analisar e comunicar de forma integrada a informação com abordagem OH	Nº de Boletins “Uma Só Saúde” publicados por ano	4, a partir da publicação do primeiro	INC	Nº de boletins publicados por ano	Semestral
	Nº de escolas de ensino fundamental e médio com professores capacitados	100%	Controlo de capacitações realizadas / apoiadas pela INC	Nº de escolas com professores capacitados dividido pelo Nº total de escolas no país multiplicado por 100	Anual

GLOSSÁRIO ³

Antimicrobianos	Agentes usados para prevenir, controlar e tratar doenças infecciosas em humanos, animais e plantas. Incluem antibióticos, fungicidas, antivirais e antiparasitários. Desinfetantes, antissépticos e outros produtos podem ter igualmente propriedades antimicrobianas.
Resistência aos antimicrobianos	A resistência antimicrobiana ocorre quando bactérias, vírus, fungos, e parasitas já não respondem aos agentes antimicrobianos. Como resultado da resistência ao antimicrobianos, estes agentes tornam-se ineficazes e a infeção torna-se de difícil ou impossível de tratar, aumentando o risco de transmissão, de doença severa e de morte. (OMS)
Contaminação	A introdução ou ocorrência de um contaminante no alimento ou no ambiente alimentar.
Controlo dos alimentos	A legislação obrigatória de aplicação pelas autoridades nacionais ou locais para proporcionar a proteção do consumidor e assegurar que todos os alimentos durante a produção, manuseamento, armazenagem, processamento e distribuição são seguros, saudáveis, e apropriados para o consumo humano; conformes os requisitos de segurança e qualidade aplicáveis; e estão rotulados de forma correta, em conformidade com a regulamentação aplicável (FAO)
Doenças Infeciosa emergente	A doença que aparece ou afeta a população pela primeira vez ou existiu previamente, mas é rapidamente transmitida, quer em termos do número de indivíduos infetados ou de novas áreas geográficas afetadas. (OMS)
Determinantes de saúde ambiental	Fatores ambientais externos, não relacionados com o comportamento ao nível global, regional, nacional ou local, que influenciam o estado de saúde de humanos e animais, incluindo fatores químicos e biológicos. (OMS)
Doenças provocadas por vetores	Doenças causadas por parasitas, vírus e bactérias que são transmitidas por vetores. (OMS)
Doenças transmitidas pela água	Doenças causadas por parasitas, vírus e bactérias que são transmitidas pela água. (OMS)

³ Adaptação de definições ou conceitos (OMS) de termos incluídos no presente Plano

DHIS2	DHIS2 é uma plataforma de código aberto, baseada na web, usada como um sistema de informações de gestão de saúde. O desenvolvimento do software e da plataforma é liderado pela Universidade de Oslo e patrocinada por diversos órgãos internacionais, inclusive a OMS.
Pandemia	Surto de uma doença que ocorre em área geográfica alargada (como em países múltiplos ou continentes) e que afecta tipicamente uma proporção significativa da população. (OMS)
Resíduos de medicamentos	Medicamentos vencidos, não utilizados ou retirados de uso por qualquer razão, descartados por farmácias, serviços de saúde humanos ou animais ou usuários domésticos.
Saúde ambiental	O ramo da saúde pública relativo ao estudo e regulamentação dos fatores do ambiente natural e construído que afetam a saúde humana. Engloba os problemas resultantes dos efeitos que o ambiente exerce sobre o bem-estar físico e mental do ser humano, como parte integrante de uma comunidade.
Segurança alimentar	Quando toda a população em qualquer momento tem acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que asseguram as suas necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.
Segurança dos alimentos	Assegurar que os alimentos não provoquem efeitos adversos no consumidor quando são preparados ou ingeridos de acordo com o seu uso intencional. A segurança dos alimentos tem um papel crítico em assegurar que os alimentos permanecem seguros em todas as etapas da cadeia alimentar, da produção à recolha, ao abate, transformação, armazenamento, distribuição e em todo o percurso da preparação até ao seu consumo, reduzindo o risco de doença ou intoxicação por via alimentar.
Segurança sanitária global	Considera todas as atividades, proativas e reativas, para minimizar o impacto das ameaças de saúde global, que põem em perigo a saúde dos humanos, animais, plantas e o seu ambiente, através das regiões geográficas e limites internacionais.

Sistema de saúde	Sistema consistindo no conjunto de organizações, pessoas e ações cuja intenção primária é promover, restaurar e manter a saúde.
Surto	Ocorrência de casos de doença em excesso relativamente ao que é normalmente esperado numa comunidade definida, área geográfica ou estação do ano. Os surtos são mantidos por agentes infecciosos que propagam diretamente a doença de indivíduo a indivíduo ou por exposição a um reservatório animal ou a fonte ambiental ou via vetor (inseto ou animal).
Uma Só Saúde	É uma abordagem integrada e unificada que visa o balanço sustentável e otimizando a saúde humana, dos animais e dos ecossistemas. Reconhece que a saúde dos humanos, dos animais domésticos e selvagens, plantas e do ambiente (incluindo os ecossistemas) estão intimamente ligados e interdependentes. É uma abordagem colaborativa, multissetorial e transdisciplinar - trabalhando ao nível local, nacional, regional e global - com o objetivo de alcançar resultados de saúde ideais, reconhecendo a interconexão entre pessoas, animais, plantas e seu ambiente.
Sistema de controlo alimentar	Sistema compreendendo as autoridades, recursos, estruturas, protocolos e procedimentos estabelecidos no País para assegurar que o controlo oficial seja desempenhado de acordo com a legislação de segurança dos alimentos do país. (FAO)
Vetor	Um inseto ou qualquer portador vivo que transporta um agente infeccioso de um indivíduo infetado ou de um indivíduo suscetível ou o seu alimento ou das suas imediações ou áreas envolventes. (OMS)
Vigilância em Saúde	A vigilância em saúde pública é a coleta, análise e interpretação contínua e sistemática de dados relacionados à saúde essenciais para o planeamento, implementação e avaliação da prática de saúde pública) Centers for Diseases Control and Prevention, USA).
Zoonoses	Doenças infecciosas que são propagadas entre animais e humanos através de alimentos, água, fomites ou vetores. (OMS)

Referências e documentos consultados

Guias e normas internacionais

- WHO Multisectoral Preparedness Coordination Framework: Best practices, case studies and key elements of advancing multisectoral coordination for health emergency preparedness and health security
- International health regulations (IHR) monitoring and evaluation framework
- OIE Performance of Veterinary Services (PVS) Pathway
- *WHO Benchmarks for International Health Regulations (IHR) capacities*
- *IHR-PVS National Bridging Workshops (NBWs)*
- *National Action Planning for Health Security (NAPHS)*
- Infosan Secretariat Strategic Plan, 2020 – 2025
- Critérios de referência da OMS para as capacidades do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) | ISBN 978-92-4-151542-9, Fev 2019
- Taking a Multisectoral, “One Health” Approach: A Tripartite Guide to Addressing Zoonotic Diseases in Countries, WHO, WOA, FAO, 2019
- WHO-WOA-FAO 2019 Tripartite Zoonoses Guide: Operational tool and approaches for zoonotic diseases Tripartite Zoonoses Guide Joint Risk Assessment: [link](#)
- WHO Surveillance and Information Sharing (SIS OT)
- WHO-WOA-FAO 2022 Multisectoral Coordination Mechanisms Operational Tool
- “Uma Só Saúde” Zoonotic Disease Prioritization for multisectoral engagement in the economic community of west African states (ECOWAS) region, em <https://www.cdc.gov/onehealth/pdfs/ECOWAS-508.pdf>
- Prioritizing zoonotic diseases using a multisectoral, “Uma Só Saúde” approach for The Economic Community of West African States (ECOWAS) Goryoka et al. “Uma Só Saúde” <https://doi.org/10.1186/s42522-021-00055-6>
- “One Health” Joint Plan of Action (2022-2026) - Working together for the health of humans, animals, plants and the environment. Draft, 11mar22
- Plano Estratégico de Segurança Alimentar, incluindo Zoonoses Transmitidas por Alimentos, 2013-2022, WHO
- OIE Terrestrial Animal Health Code
- OIE Manual of Diagnostic Tests and Vaccines

- *One Health Operational framework for strengthening human, animal and environmental public health systems at their interface. 2018. World Bank*
- *FAO/OIE/WHO Strengthening capabilities for Veterinary Epidemiology and biosurveillance: Tripartite “One Health” Field*
- *Field epidemiology Training programmes and Field Epidemiology Training Programmes for veterinarians*
- *Global Laboratory Leadership Programme (GLLP) and other Laboratory training programmes*
- *Training Programmes in Epidemiology and Public Health Intervention Network (TEPHINET)*
- *WHO “One Health” Tool, University Networks , Multidisciplinary research consortia (PREZODE, DeepVzn, etc.) FAO/OIE/WHO/UNEP respective training academies/platforms and programmes*

Legislação nacional

- Decreto-Lei nº 24/2002, que regula a produção, importação, exportação, comercialização e utilização do sal iodado para o consumo humano e animal. Publicado no Boletim oficial –Iª Série, de 8 de março de 2004
- Decreto-Lei nº 12/2004, que altera os artigos 4º,6º,10º,11º e 16º do Decreto-Lei nº 24/2002 que regula a produção, importação, exportação, comercialização e utilização do sal iodado para o consumo humano e animal
- Decreto-Lei nº 69/2005, relativo ao registo e o exercício da atividade comercial por grosso e a retalho
- Decreto-Legislativo nº 2/2009, que estabelece os princípios gerais das infrações contra a economia e a saúde pública, as responsabilidades que incumbem os operadores económicos, bem como os procedimentos em caso de incumprimentos e respetivo regime sancionatório
- Decreto-Legislativo n.º 3/2009 – Estabelece os princípios gerais para o controlo da segurança e qualidade dos géneros alimentícios e dos alimentos para os animais, as responsabilidades que incumbem aos operadores do sector alimentar, bem como os procedimentos em casa de risco. Publicado no Boletim Oficial Nº 24 - Iª Série, de 15 de junho de 2009
- Decreto – Lei nº 25/2009 - Estabelece as normas gerais de higiene a que estão sujeitos os géneros alimentícios em Cabo Verde, bem como as modalidades de verificação do cumprimento das regras. Publicado no Boletim Oficial Nº 29 - Iª Série, de 20 de julho de 2009;
- Decreto-Lei nº 30/2009, que estabelece o regime de vistoria a que está sujeito os estabelecimentos comerciais e conjuntos comerciais;

- Decreto-regulamentar 7/2010 que estabelece as normas de organização e funcionamento, em rede, do Sistema Integrado de Alerta Rápido, adiante designado SIARA.: <https://kiosk.incv.cv/V/2010/8/30/1.1.33.142/p1205>
- Decreto nº 9/2010 de 31 de maio, que aprova a entrada em vigor do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005) na ordem jurídica interna de Cabo Verde
- Portaria nº 53/2011: Regula a classificação dos resíduos hospitalares e os procedimentos a que fica sujeita a gestão, recolha, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde pública
- Lei nº30/VII/2013 que estabelece as normas de segurança sanitária dos animais, de saúde animal, da salubridade do seu meio ambiente, dos produtos de origem animal e da saúde pública veterinária
- Decreto regulamentar 23/2014, que define as atribuições o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP)
- Decreto –Lei nº39/2014 que define e estabelece o processo de fortificação da farinha de trigo com ferro e ácido fólico, bem como as normas técnicas e procedimentos do CODEX ALIMENTARIUS de adição daqueles nutrientes;
- Lei nº 96/VIII/2015 de 29 de julho Código de água e saneamento
- Resolução 10/2015, que aprova o plano estratégico nacional de água e saneamento (PLENAS)
- Decreto-Lei nº 67/2015 que altera o Decreto-Lei n.º 24/2009 – Estabelece as normas de rotulagem dos géneros alimentícios destinados a serem fornecidos diretamente ao consumidor final, bem como as que regulam determinados aspetos da sua apresentação e publicidade. Publicado no Boletim Oficial Nº 80 - Iª Série, de 12 de dezembro de 2015
- Decreto lei que cria o SNCA: <https://kiosk.incv.cv/V/2016/4/22/1.1.31.2184/p1146>
- Despacho no. 5/2017 de 9 de março, do Ministério da Saúde, que cria a Instância Nacional de Coordenação (INC), com sede e coordenação no INSP
- Resolução nº9 de 2019 de 25 de janeiro, no B.O. I série, prevendo a criação da Instancia Nacional de Coordenação
- Decreto-lei nº3/2019 que cria a ERIS e define as atribuições e competências
- Decreto regulamentar 9/2020, aprova a Lei Orgânica da Inspeção Geral das Atividades Económicas
- Decreto regulamentar 10/2020, estabelece os procedimentos e as condições de abate de animais domésticos
- Decreto regulamentar 11/2020, define a lista de doenças altamente contagiosas e outras consideradas graves, bem como as medidas de prevenção, controlo e luta

- Decreto regulamentar 12/2020, estabelece as regras aplicáveis ao setor de produção animal e toda a cadeia alimentar no que se refere a higiene dos animais e dos produtos de origem animal destinados ao consumo
- Decreto-lei nº 56/2021 de 21 de setembro, que estabelece a estrutura, organização e as normas de funcionamento do Ministério da Saúde.
- Legislação da água 96/8, pesca, resíduos hospitalares, controlo de resíduos e contaminantes

Avaliações, Planos nacionais e outras ferramentas relevantes

- *Évaluation de la performance des services vétérinaires du Cap Vert*, 2014 OIE- PVS
- Avaliação externa conjunta das principais capacidades do RSI – República de Cabo Verde. Relatório de Missão, 4 a 8 de novembro de 2019
- *Plan de Renforcement des capacités d’Institution Nationale de Coordination (INC) du Cabo Verde, dans le cadre “d’Une Seul Santé” et du Règlement Sanitaire International*, 2018 - 2020
- Relatório GIA sobre o “estudo da enfermidade das gastro-enterites agudas provocadas pelo consumo de alimentos em Cabo Verde
- Plano de Contingência e Resposta à Epidemia da Dengue, 2009
- Plano de Contingência da Febre Hemorrágica do Vírus Ébola, 2014
- Plano de Ação Nacional de Luta Contra Resistência Antimicrobiana 2018 – 2022
- Livro branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, dezembro de 2020
- Lista das doenças de animais prioritárias a nível nacional – MAA | DGASP – atualizada em dezembro de 2020
- Guia Técnico Nacional de Vigilância Integrada da Doença e Resposta, novembro de 2021
- Seção 11 do Guia Técnico Nacional de Vigilância Integrada da Doença e Resposta, terceira edição, novembro de 2021
- Relatório técnico da Avaliação de Riscos para a Saúde Pública de Cabo Verde - Ferramenta estratégica para avaliação de riscos (STAR), 30/11 a 03/12/2021
- Gripe Aviária Altamente Patogênica – Plano Nacional de Contingência, março de 2021
- Plano Nacional de Gestão de Resíduos Hospitalares (PNGRH), 2021-2025
- Plano Estratégico do Instituto Nacional de Saúde Pública
- Plano Nacional de Nutrição de 2021-2025
- Plano Estratégico da Entidade Reguladora Independente da Saúde (2022-2025)

- Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (PENGer)
- Plano Nacional de Ação para a Segurança Sanitária de Cabo Verde (2022 – 2026)